



Programa

Programa: 0236 - RECEITA PUBLICA

Objetivo do Programa: GARANTIR A RECEITA PUBLICA POR MEIO DA MODERNIZACAO DA GESTAO FAZENDARIA DO FORTALECIMENTO

Programa: DA CONSCIENCIA FIS-

Und.Resp.Programa: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

Resp. Programa: WALDIR JULIO TEIS

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
Indicadores:	2007	CONTRIBUINTES SATISFEITOS EM RELACAO AOS SERVICOS PREST	jan a nov	percentual	38	60	67	30/11/2005
	2007	EFICACIA TRIBUTARIA 64%	jan a dez	percentual	63	64	67.2	31/12/2007
	2007	INDICE DE REALIZ. DA REC.TRIB.PROJETADA	jan a dez	numero	1,09	1	1.15	31/12/2007
	2007	INDICE DE REALIZACAO DA RECEITA TOTAL PROJETADA	jan a dez	numero	0	1	1.14	31/12/2007
	2007	SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO CUMPRIMENTO DE ME	jan a nov	percentual	0	0	66	30/11/2005

Objetivo Estratégico 6
Dar sustentabilidade à Gestão das Políticas Públicas, garantindo o Equilíbrio Fiscal e a capacidade de Financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
7.225.879,00	8.673.928,08	7.199.286,55	0,00	99,63	83,00

Avaliação de resultados e da execução do programa:

O Programa de Gestão da Receita Pública (236) tem como objetivo "Garantir a receita pública por meio da modernização da gestão fazendária, do fortalecimento da consciência fiscal e da valorização das pessoas, visando a qualidade nos serviços públicos, promovendo a justiça fiscal".

O Plano de Trabalho Anual da Receita Pública - PTA foi elaborado visando atender ao objetivo proposto no referido programa. O PTA (metas, medidas e tarefas e respectivos indicadores) foi construído de forma harmônica com as disposições da Lei do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual.

No ano de 2007 a área da Receita Pública, com base nos fatores críticos de sucesso definidos na Política Econômica e Tributária, formulou e promoveu a execução de medidas voltadas para a eficácia da arrecadação da Receita Pública Estadual.

A Política Econômica e Tributária formulada propõe uma nova forma de gerir a organização. Tem como foco os resultados dos processos, estabelecidos de forma a alcançar de forma harmônica e balanceada os resultados projetados para atender o conjunto das partes interessadas (clientes/usuários, fornecedores, servidores, sociedade, etc) e os objetivos de Governo.

Para tanto, foi necessário introduzir mudanças nas práticas de gestão, inclusive, nas do processo de planejamento, que anteriormente estavam direcionadas para orçamentação. As práticas adotadas, atualmente, consideram cenários de futuro e são articuladas em torno de diretrizes e diretrizes estruturadas a partir de uma política que abrange estratégias de governo, estratégias locais, atendimento as partes interessadas e alta performance pública.

Neste contexto de significativas reformulações no processo da área da receita pública descrito acima, foi possível alcançar as metas propostas para o programa no ano de 2007.

O acompanhamento e controle dos indicadores do programa são efetuados em reuniões sistemáticas de acompanhamento realizadas mensalmente. A medição é feita por meio do Sistema de Gestão e Acompanhamento da Execução - SIGPEX, que possibilita o monitoramento dos progressos efetuados na execução do planejado através do seu conjunto de indicadores: financeiros, clientes, processos internos, aprendizagem contínua e responsabilidade social.

Destacamos abaixo aspectos relevantes que contribuíram para o resultado alcançado:

1. Participação ampla nos processos legislativo e social de discussão da reforma tributária;
2. Implementada a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e. O projeto tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de Nota Fiscal eletrônica que substitui a sistemática atual do documento fiscal em papel, com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias, reduzindo os custos aos contribuintes e permitindo ao fisco um controle em tempo real das operações comerciais;
3. Implementada a certificação digital para via eletrônica da nota fiscal ;
4. Implementada a NFI para 60 % das operações internas de aquisição pelo Poder Público;
5. Acompanhamento e controle não automatizado de 100% das receitas provenientes de transferências da União, cujo trabalho propiciou a modificação do índice de repasse da CIDE, para o ano de 2007, que culminou em um incremento de receita de aproximadamente R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);
6. Disponibilização de diversas modalidades de parcelamento eletrônico de débitos ao contribuinte dentre elas: débitos com fatos geradores até dezembro de 2006 em até 36 vezes, com parcela mínima de três Unidades Padrão Fiscal (UPF/MT) cada uma; Refaz/Fazenda, para débitos até maio de 2004, que prevê abatimentos nos juros e multas, conforme a quantidade de parcelas; débitos de ICMS Diferencial de Alíquotas sobre veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e implementos agrícolas em até 10 vezes, com parcelas mensais fixas e sucessivas.;



7. Implantado o piloto da Malha Fiscal Estadual que permite efetuar análise fiscal do comportamento dos segmentos econômicos. A Malha Fiscal é um instrumento de inteligência fiscal utilizado pelas administrações tributárias em todo o mundo para detectar comportamentos discrepantes a partir do cruzamento de bilhões de dados digitais procedentes de todas as fontes disponíveis possíveis;

8. Efetuado o acompanhamento e controle de 100% das receitas provenientes de transferências da União;

9. Efetuado acompanhamento e análise da receita pública, renúncia fiscal e evasão estimada. Neste processo são levantadas as possíveis causas de variação entre os valores projetados e os realizados por segmento econômico. São também, produzidas informações econômico-fiscais agregada para aprimorar a atividade de fiscalização e arrecadação e formuladas medidas para otimizar a realização da receita pública;

10. Ampliação da rede arrecadadora, novos bancos, lotéricas, bancos postais, correspondentes bancários, correios e cooperativas, facilitando o pagamento do tributo. O número de modalidades de pagamentos passou de 3 em 2006 para 7 em 2007, sendo que as acrescidas foram: fone fácil, correspondente bancário, lotérica e Bradesco Express;

11. Ampliado o número de órgãos estaduais e fundos que passaram a arrecadar por meio do sistema de arrecadação da SEFAZ, chegando a 30, ou seja, 54,55 % do total existente.

12. Efetuada manutenção e aperfeiçoamento ao sistema de CND – Certidão Negativa de Débito. As CND On-line são emitidas pelos contribuintes (130 mil) e cidadãos mato-grossenses. A emissão é feita em segundos e gratuitamente, por meio do portal da SEFAZ; portanto, muito inferior ao tempo gasto em 2003, que levava cerca de 10 dias;

13. Automatizadas diversas funcionalidades no sistema do IPVA, dentre elas destacam-se isenções, imunidade, baixa de veículos por roubo/furto e baixa de veículo sinistrado, reduzindo o tempo de análise dos respectivos processos de 10 para 3 dias úteis. Foram realizadas parcerias com municípios para cobrança dos débitos do IPVA, sendo que 90 % dos débitos existentes na Conta Corrente do IPVA foram encaminhados aos municípios para atividades de cobranças;

14. Abertura de empresas em 48 horas. Através da parceria com a Junta Comercial de Mato Grosso – JUCEMAT. Neste processo houve a simplificação procedimentos para a constituição de empresas, com a redução de 11 para 2 documentos;

15. Incremento de 43,4% na produtividade relativa à fiscalização de trânsito de mercadorias. Este resultado é decorrente da criação da Superintendência de Execução Desconcentrada – SUED, com vistas a aprimorar os controles de fronteiras, reduzir os desvios de notas fiscais, bem como detectar e corrigir em tempo real as fraudes ou omissões;

16. Implantados os sistemas de: Controle Eletrônico da Renúncia Fiscal; de Controle da Nota Fiscal Interestadual; de Controle de Pedido de Processamento Eletrônico de Documentos Fiscais – PED; Pedido de Verificação Fiscal Eletrônico; Integração da SEFAZ – MT à Rede RIS; Consulta Pública e Consulta Restrita;

17. Concluída a atualização da CNAE de todos os contribuintes do estado (versão 2.0);

18. Concluída a implantação do sistema eletrônico de controle do ECF - Equipamento Emissor de Cupom Fiscal;

19. Concluída a implantação do sistema eletrônico de concessão de AIDF – Autorização de Impressão de Documentos Fiscais;

20. Efetuada a adesão de 722 construtoras ao FUPIS – Fundo de Partilhado de Investimento Sociais, sendo que as demais (3.767) foram devidamente suspensas por serem consideradas não contribuintes do ICMS.

OBS.: a avaliação dos indicadores "contribuintes satisfeitos em relação aos serviços prestados" e "satisfação da sociedade em relação ao cumprimento de me..." estão sendo avaliados pelo Programa 260.

Indicadores:

A Receita Pública Total realizada no valor R\$ 7,08 bilhões. Este valor superou a meta prevista de R\$ 6,2 bilhões prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA em 14%.

Receita Tributária realizada no valor de R\$ 3,46 bilhões em relação ao valor projetado de R\$ 3,0 bilhões. Todas as receitas tributárias obtiveram um realizado acima do que foi projetado. O destaque fica para o ICMS, que em valor absoluto arrecadou R\$ 466 milhões acima do projetado na LOA.

O crescente comportamento da Receita Pública Estadual, deve-se a uma política voltada à exploração adequada das bases tributárias estaduais e aperfeiçoamento das relações federativas fiscais, como forma de garantir maior participação de Mato Grosso no bolo de recursos distribuídos pela União. No campo tributário, o aperfeiçoamento nos mecanismos da administração financeira de débitos, difusão de risco fiscal, intensificação dos cruzamentos eletrônicos de dados das informações tributárias, implementação do lançamento tributário de ofício e malhas fiscais, permitiu que a Receita Tributária Estadual tivesse um crescimento acima descrito

A meta de Eficácia Tributária prevista no Programa da Receita pública para 2007 foi de 63,6. O índice alcançado foi de 67,2. O aumento da eficácia tributária foi obtido através da melhoria no processo de acompanhamento e controle, do aprimoramento de sistemas eletrônicos, da inovação e da reformulação de procedimentos durante a execução do planejamento da receita pública.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:

Implementar a Sincronização Cadastral (Regional, Estadual e Nacional); a Gestão Integral do crédito fiscal; Administração financeira da Conta Corrente Fiscal; Saneamento constante da base cadastral; Controle eletrônico de importação e exportação; Sistema de gestão das decisões judiciais; Auditoria informatizada; Gestão de outras receitas: ITCD, Taxas, Contribuições de Melhoria, Transferências Constitucionais (concluir).



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1007 - CONSTRUÇÕES AMPLIACOES E REFORMAS DA SEDE E POSTOS FISCAIS DA SEFAZ Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: ATENDER AS UNIDADES DA SEDE E POSTOS FISCAIS DA SEFAZ EM OBRAS E REFORMAS				
Descrição da Meta Física: AGENFAZ E POSTO FISCAL CONSTRUÍDO E/OU REFORMADO				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
7	500	100	1.428,57	20,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	0,00	1.948.000,00	1.947.821,67	0,00	0	99,99
240	1.810.587,00	2.448.587,00	2.446.821,92	0,00	135,14	99,93
Todas	1.810.587,00	4.396.587,00	4.394.643,59	0,00	242,72	99,96

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Da Dotação inicial houve realização atingindo o percentual de 99,96%, considerando a priorização da alta direção para a execução de obras - construções, ampliações, adequações de projetos e de reformas emergenciais de Postos Fiscais (cabeceira Alta, Rio Correntes, Alto Araguaia, XII de Outubro) e ainda a execução de obras não previstas no PTA, sendo suplementada orçamentariamente, porem priorizadas pela Direção (PF/Provisório de Aguas Quentes),Ampliação e Reforma dos acessos do pátio de estacionamento do PF/XII de Outubro, Rio Correntes e Alto Araguaia.
 Execução de Instalação de rede elétrica, lógica e de telefonia: Reformas emergenciais do PF/União e Cachimbo.
 - Ampliação e reformas das Agências Fazendárias de Cáceres, Varzea Grande e Tangará da Serra.

Ação: 1656 - INVENTARIO E IMPLANTACAO DA GESTAO DAS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GERENCIAR AS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS MANTIDAS PELA SEFAZ, RECEBIDAS DE QUALQUER FONTE				
Descrição da Meta Física: SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS IMPLANTADO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
15	0	90	600,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	100,00	100,00
Todas	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	100,00	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	90

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 PROJETO 1656- SUPORTE INFORMACIONAL A POLÍTICA TRIBUTÁRIA
 (Planejado R\$ 500.000,00 executado R\$500.000,00) =100% execução

O recurso orçamentário planejado em pessoa jurídica no valor de R\$500.000,00 foi utilizado para pagamento de consultoria para desenvolvimento de sistemas harmonizados com a visão da organização e com os objetivos de governo. Esta ação atingirá integralmente a meta física a partir do início de operação do Sistema de Escrituração Fiscal Digital, atualmente em fase final de concepção, previsto para 2008.



Desde 2004, a área da receita elabora o Plano Especial de Tecnologia da Informação o qual se ocupou de assegurar a priorização de sistemas estratégicos para a SEFAZ desenvolver a inteligência fiscal, a malha fiscal e o cruzamento permanente de dados .

Relacionamos a seguir, os principais projetos implantados em 2007 :

- a) Nota fiscal eletrônica ;
- b) sistema corporativo de controle de entrega, armazenamento fazendário da via digital do documento fiscal, conforme previsto no Convênio ICMS 115/03;
- c) ampliada a disponibilidade de dados eletrônicos oportunizando a auditoria eletrônica;
- d) implementada a consulta pública e restrita ;
- e) certificação digital para via eletrônica da nota fiscal ;
- f) DW do Sintegra e do convênio ICMS 57/95;
- g) estendida a NFI a novas operações de saída interestadual ;
- i) implementada a NFI para 60 % das operações internas de aquisição pelo Poder Público;
- j) implementado lançamento eletrônico complementar pertinente às divergências de informações digitais da nota fiscal em contraste com a produção de dados originários e procedentes da coleta física e processamento de dados pela GINF.

Ação: 2155 - MANUTENCAO DA SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PUBLICA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: FORMULAR E EXECUTAR POLITICA DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RELACOES FEDERATIVAS FISCAIS P/ATINGIR AS METAS				
Descrição da Meta Física: INCLUSAO DE RECURSOS NO ORCAMENTO FEDERAL AMPLIADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	85	85,00	85,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	432.100,00	222.100,00	162.614,79	0,00	37,63	73,22
240	147.850,00	131.850,00	68.556,88	0,00	46,37	52,00
Todas	579.950,00	353.950,00	231.171,67	0,00	39,86	65,31

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	85

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Este projeto tem como foco a formulação e execução da Política da Receita Pública Estadual e das relações federativas fiscais para atingir as metas propostas.
 No ano de 2007 a área da Receita Pública, com base na política econômica e tributaria formulada, promoveu a execução de medidas voltadas para a eficácia da arrecadação da Receita Pública Estadual. Dentre as políticas formuladas destacamos as abaixo descritas, bem como os principais resultados alcançados:

- Realização da Receita Pública Projetada na LOA e aumento da Eficácia Tributária**
 Receita Pública Total realizada no valor R\$ 7,08 bilhões. Este valor superou a meta prevista de R\$ 6,2 bilhões prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA em 14%.
 Receita Tributária realizada no valor de R\$ 3,46 bilhões em relação ao valor projetado de R\$ 3,0 bilhões. Todas as receitas tributárias obtiveram um realizado acima do que foi projetado. O destaque fica para o ICMS, que em valor absoluto arrecadou R\$ 466 milhões acima do projetado na LOA.
 A meta de Eficácia Tributária prevista no Programa da Receita pública para 2007 foi de 63,6. O índice alcançado foi de 67,2.
- Formulação e execução das diretrizes da política das relações federativas**
 Participação ampla no processo legislativo e social de discussão da Reforma Tributária, com a concepção e difusão de metodologia de cálculo de impacto da reforma sobre as finanças estaduais, a qual foi adotada por todas as unidades federativas brasileiras e reconhecida como correta pelo Ministério da Fazenda.
 Dimensionado os efeitos das alterações promovidas em mecanismos de transferências constitucionais e legais.
 Elaborados relatórios de análise de pauta dos colegiados federativos, especialmente CONFAZ, contendo sugestões de voto e informações quantitativas de impacto na receita pública, objetivando subsidiar o nível estratégico da SEFAZ nos processos decisórios.
- Ampliação do controle das receitas decorrentes de outros tributos, excetuado o ICMS.**
 Incremento na arrecadação do ITCD (crescimento de mais de 300% em relação ao período no mês de novembro), mediante a reformulação da legislação e concepção de sistema informatizado para garantir o efetivo controle da arrecadação. O sistema de controle do ITCD está em fase de desenvolvimento com implementação prevista pra o primeiro semestre de 2008.
- Simplificação dos processos de atendimento ao contribuinte.**
 Desconcentração de alguns serviços e produtos fazendários da sede da SEFAZ para as agências fazendárias pólos, visando facilitar o cumprimento voluntário da obrigação tributária, dentre os quais citamos: baixa sumária; inscrição ou alterações cadastrais; ajustes da



Conta Corrente Fiscal; lançamento e baixa do IPVA; autorização e utilização de créditos; informações do SINTEGRA, regularização e baixa dos Termos de Apreensão e Depósitos Eletrônicos e Análise dos processos do ICMS Garantido.

5. A busca efetiva de controle e quantificação das desonerações dos incentivos fiscais ou renúncia. Definição da sistemática de controle dos incentivos fiscais com a concepção de sistema informatizado para acompanhamento da execução e prestações de informações necessárias à gestão tributária e as requeridas pelo TCE/MT.

6. Avaliação do potencial de risco fiscal dos contribuintes. Implantada a Malha Fiscal Estadual de Informações Econômico-Fiscais e Crédito Fiscal, que possibilita melhorar o mapeamento das infrações e orientar os processos de fiscalização.

O valor da dotação orçamentária não utilizado (R\$ 122.778,33) durante a execução da ação, se deve à reformulação das diretrizes da Política da Receita Pública, como também a melhorias e inovações efetuadas nos processos da área da receita pública.

Houve remanejamento no valor de R\$ 227.500,00 para atender obras do Posto Fiscal Rio Correntes, pagamento de despesa do exercício anterior, aquisição de veículos, obras na sede da SEFAZ, ampliação de Agência Fazendária de Cuiabá, contratação de consultoria para pavimentação do Posto Fiscal XII de Outubro, aquisição de leitoras ópticas a laser.

Ação: 2520 - ATUALIZACAO E DISPONIBILIZACAO DA NORMATIZACAO DA RECEITA PUBLICA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: GERENCIAR E SISTEMATIZAR A ATUALIZACAO E DISPONIB. DA NORMAT. DA RECEITA PUB. E ATUAR SOBRE SEUS EFEITOS				
Descrição da Meta Física: LEGISLAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA PROPOSTA. ACOMPANHADA. ATUALIZADA E DISPONIBILIZADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	0	100	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	9.345,00	9.345,00	5.896,00	0,00	63,09	63,09
240	10.000,00	10.000,00	5.575,00	0,00	55,75	55,75
Todas	19.345,00	19.345,00	11.471,00	0,00	59,30	59,30

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Esta é unidade é responsável para finalizar a redação e disponibilizar normas às Superintendências da Receita, identificar, avaliar e promover as adequações aos seus efeitos administrativos, sociais e judiciais. Articular a interpretação desconcentrada e expressa das normas legais tributárias, redigir e disponibilizar a legislação vinculada à receita pública estadual, emitindo parecer e interpretando-a. Como produto a averbação de interpretação desconcentrada, realizada. Informação sobre obrigação tributária principal, elaborada e disponibilizada. Informação sobre a quantificação do efeito econômico estimado de decisões judiciais executadas no âmbito da receita. Normatização, elaborada e disponibilizada.
 À vista do exposto, no exercício de 2007 alcançamos os seguintes resultados:
 - disponibilizamos legislação atualizada e de fácil acesso em mais de 810 atos;
 - números de atualizações de dispositivos modificados, introduzidos ou revogados na legislação do ICMS e demais tributos: 10.459;
 - erradicamos um atraso de quase oito anos quanto à atualização do Regulamento do ICMS, alterando, acrescentando ou revogando dispositivos regulamentares e compulsados; avaliamos quase 1000 Convênios e 114 Ajustes SINIEF antes inseridos de maneira apropriada, e apresentavam-se na atualidade fora de contexto e já não atendiam aos objetivos do ordenamento legal.
 - efetuamos o agrupamento de dispositivos afins, bem como o enxugamento no texto regulamentar com o propósito de conferir maior clareza, elegância e simplicidade.
 - toda alteração, complementação e exclusão textual foi efetuada com criação de link e/ou oposição de nota. Detalhamento implicou acompanhamento diário do sistema de legislação para acompanhamento dos atos disponibilizados. Foi efetuada, ainda, revisão/aprimoramento de contagem de dispositivos consolidados para verificar a correta sintonia entre os bancos de dados, facilitar a pesquisa e proporcionar atendimento às expectativas de todos aqueles que demandam consultas junto ao sistema informatizado de legislação tributária da SEFAZ.
 - com a extinção dos regimes especiais concedidos, a legislação foi objetivamente disciplinada para acabar com mais de 1000 processos/anos.
 - efetuamos informações em respostas às consultas formuladas por contribuintes relativamente à obrigação principal dos tributos estaduais em quase 200 processos, além de averbarmos respostas das unidades às consultas formuladas sobre obrigação acessórias, conseguindo com isso praticamente zerar as consultas formuladas referentes aos exercícios 2004 a 2007 sobre obrigação principal. Zeramos, também, a quantidade de processos para serem desconcentrados - restituição e outros.
 - acompanhamos e inventariamos mais de 1500 processos judiciais contra a Fazenda Pública e disponibilizamos o resultado da decisão da intranet desses mesmos processos.
 - inventariamos e dimensionamos os efeitos quantitativos e econômicos de mais de 1100 processos judiciais e disponibilizamos na intranet;



- acompanhamos a execução das decisões judiciais em mais de 200 processos judiciais referentes notificações recebidas pela SEFAZ.
- iniciamos a construção do programa de controle de processos judiciais para ambiente WEB para otimizar a atividade de fiscalização, melhorar a legislação tributária, simplificando e aperfeiçoando, melhorar a gestão no que concerne às decisões judiciais, entre outros.
- os recursos alocados neste projeto atividade em diárias e passagens foram em sua maioria utilizados em eventos coordenados pela COTEPE – Comissão Técnica Permanente do ICMS (CONFAZ) em conjunto com as demais unidades Federadas em assuntos específicos de cada Grupo de Trabalho que estuda e propõe aperfeiçoamento na legislação tributária, especificamente: GT-06 – SINIEF, GT-11- Sistematização de Convênios, ajustes e protocolos, GT-13-Energia Elétrica, GT-40 Comunicação GT-38 Microempresa, GT-48-SPED Fiscal GT-51-ITCMD – Fórum Fiscal e Congresso de Direito Tributário no Rio de Janeiro e Pernambuco.
No que se refere a aquisição de assinaturas de livros, revistas e código tributário, foram elaborados os termos de referência pertinentes e foram realizadas as correspondentes aquisições.

Ação: 2521 - MONITORAMENTO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E DA RENUNCIA FISCAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: EFETUAR O MONITORAMENTO, ANALISE E AVALIACAO DA RECEITA PUBLICA E DA RENUNCIA FISCAL IDENTIFICANDO E ATUANDO				
Descrição da Meta Física: RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RENUNCIA FISCAL MONITORADAS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	0	100	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	35.160,00	35.160,00	29.140,82	0,00	82,88	82,88
240	16.750,00	16.750,00	7.019,71	0,00	41,91	41,91
Todas	51.910,00	51.910,00	36.160,53	0,00	69,66	69,66

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Este projeto/atividade compreende as ações que visam gerenciar as informações da receita pública, através do seu acompanhamento, análise e disponibilização para dar suporte à tomada de decisões; gerir débitos fiscais inscritos ou não em dívida ativa; controlar e acompanhar as operações de comércio exterior e substituição tributária; gerir as transferências constitucionais, legais e convencionais; bem como os ativos financeiros consignados no Balanço Geral do Estado.

Os principais resultados alcançados em 2007 são os dispostos abaixo:

1. Implantação do piloto da Malha Fiscal Estadual que permite efetuar análise fiscal do comportamento dos segmentos econômicos, sendo ele um instrumento de inteligência fiscal utilizado pelas administrações tributárias em todo o mundo para detectar comportamentos discrepantes a partir do cruzamento de bilhões de dados digitais procedentes de todas as fontes disponíveis possíveis, bem como visando a produção de ações fiscais voltadas à difusão do risco fiscal e a indução ao comportamento ideal desejado;
2. Acompanhamento e análise da receita pública, renúncia fiscal e evasão estimada. Neste processo são levantadas as possíveis causas de variação entre os valores projetados e os realizados por segmento econômico. São também, produzidas informações econômico-fiscais agregada para aprimorar a atividade de fiscalização e arrecadação e formuladas medidas para otimizar a realização da receita pública;
3. Monitoramento mensal dos 300 maiores contribuintes, considerando a variação negativa de ICMS dos monitorados ao recolhimento em relação ao valor total recolhido de ICMS dos mesmos, adotando medidas corretivas;
4. Inicialização da construção de sistema informatizado de gestão das principais transferências constitucionais – FPE, IPI-EXP e CIDE, as quais representam aproximadamente 80% das receitas de transferências provenientes do Governo Federal, o qual possibilitará a verificação célere e automatizada da correta aplicação do índice de repasse de cada fundo de transferência citado;
5. Acompanhamento e controle não automatizado de 100% das receitas provenientes de transferências da União, cujo trabalho propiciou a modificação do índice de repasse da CIDE, para o ano de 2007, que culminou em um incremento de receita de aproximadamente R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);
6. Inicialização da construção de sistema visando o controle e acompanhamento eletrônico das operações de substituição tributária, por meio de cruzamento eletrônico de dados das diversas bases fazendárias disponíveis;
7. Monitoramento de 100% dos contribuintes substitutos tributários estabelecidos em outras unidades da federação;
8. Implantação do regime de substituição tributária interna para indústrias;
9. Efetuado a comprovação de exportação dos contribuintes credenciados na ordem de 7,5%, o que representa um acréscimo de 50% no rol de contribuintes controlados no ano de 2006;
10. Comunicadas à Assessoria Jurídica Fazendária – AJF, em até 72 horas, todas as medidas liminares encaminhadas às gerências desta Superintendência de Análise da Receita Pública, bem como encaminhadas todas as informações para que aquelas tivessem suporte na feição dos recursos cabíveis, sendo alcançado o percentual de 100%;
11. Inicialização da construção do sistema informatizado de controle de importação e liberação de guias, visando controlar as importações efetuadas nacionalmente pelos contribuintes estabelecidos no Estado de Mato Grosso, o qual foi interrompido para ser desmembrado em projetos menores, devendo ser retomado em 2008;
12. Implementação da lavratura de NAI priorizando os maiores débitos com risco de decadência até setembro de 2007;



13. Adequação do Sistema CCF para geração do aviso de cobrança da conta corrente fiscal para todas as naturezas de débitos, em conformidade com o disposto no artigo 467-B, do Decreto nº 665/2007;
14. Implementação do registro, controle e cobrança dos débitos tributários da estimativa segmentada (SINDALCOOL e SINDIFRIGO) e da REDE CEMAT, ampliando consideravelmente o controle e registro desses segmentos econômicos, que representam parcela significativa da receita pública mensal;
15. Emissão de Certidão de Compensação de Débitos do Sistema Conta Corrente Fiscal – CCF, e dos demais débitos inseridos em sistema informatizado da SEFAZ;
16. Disponibilização de diversas modalidades de parcelamento eletrônico de débitos ao contribuinte, dentre eles:
 - 16.1 Débitos com fatos geradores até junho de 2007 em até 36 meses, com parcela mínima de três Unidades Padrão Fiscal (UPF/MT) cada uma;
 - 16.2 Refaz/Fazenda, para débitos até maio de 2004, que prevê redução nos juros e multas, conforme a quantidade de parcelas;
 - 16.3 Débitos de ICMS Diferencial de Alíquotas sobre veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e implementos agrícolas em até 10 vezes, com parcelas mensais fixas e sucessivas para qualquer fato gerador;
 - 16.4 Débitos de empresas enquadradas no Simples Nacional em até 120 meses, para fatos geradores até janeiro/2006;
 - 16.5 Débitos da cota-parte do Município, originados da Compensação autorizada pelo Decreto nº 693/2007.

Ação: 2522 - REDUCAO DAS INCONSISTENCIAS E ANOMALIAS DAS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS ELETRONICAS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GERENCIAR AS INFORMACOES TRIBUTARIAS ATRAVES DA SUA CAPTACAO, TRATAMENTO E ANALISE				
Descrição da Meta Física: INFORMACAO TRIBUTARIA TRATADA. ANALISADA E DISPONIBILIZ ADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	90	90,00	90,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	439.830,00	289.830,00	251.012,25	0,00	57,07	86,61
240	31.250,00	31.250,00	22.562,62	0,00	72,20	72,20
Todas	471.080,00	321.080,00	273.574,87	0,00	58,07	85,20

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	90

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Projeto Atividade 2522: Manutenção e aperfeiçoamento do sistema de informações tributárias. (Planejado R\$ 471.080,00 executado R\$264.372,25) =78% execução

A Superintendência de Informações do ICMS-SUIC tem como missão administrar eletronicamente o cumprimento da obrigação tributária, gerir a produção de informação econômico-fiscal vinculada ao ICMS, reger e conduzir a apuração do imposto.

Destacam-se como principais produtos a disponibilização de informação eletrônica sobre a nota fiscal de entrada, nota fiscal de saída das operações interestaduais, de importação e de exportação, gestão do crédito fiscal e da GIA, além do gerenciamento do sistema SINTEGRA.

Os recursos orçamentários alocados neste projeto atividade em diárias e passagens foram em sua maioria utilizados em eventos coordenados pela COTEPE-Comissão Técnica Permanente em conjunto com os demais estados da federação, quais sejam: nota fiscal eletrônica, certificação digital, sincronização cadastral, escrituração eletrônica, etc.

O recurso orçamentário planejado em pessoa jurídica foi utilizado para pagamento de consultoria para adequar os sistemas corporativos fazendários .

O Termo de Referência -TR para aquisição de bens móveis e equipamentos de informática não foi executada em 2007, em virtude de demora na licitação e contingenciamento imposto pelo governo. A não disponibilização destes bens prejudicou as atividades dos novos servidores empossados, bem como a implantação de novos projetos previstos para 2007, conforme o PTA - Plano de trabalho Anual.

Os principais resultados de 2007 foram :

- a) análise e parecer em 24.000 processos/ano do ICMS Garantido e Integral para correção de lançamentos do ICMS Garantido Normal e Integral;
- b) implantação de 18 funcionalidades de 57 para efetuar a crítica de preenchimento para correção das inconsistências e erros da GIA e GI;
- c) controle de omissão das declarações de contribuintes obrigados a entrega da GIA ;



- d) efetuado lançamento eletrônico de DAR complementar do ICMS Garantido ou Integral, resultantes do cruzamento de dados correspondente ao valor médio mensal de R\$7.363.000,00;
- e) integrada a produção de 30% de dados dos Postos Fiscais com a gerência de informações de nota fiscal de entrada, evitando o re-trabalho (dupla digitação) para o lançamento de ofício;
- f) aperfeiçoamento no processo de recepção das declarações, via Sintegra e na disponibilização destes arquivos ao serviço de fiscalização;
- g) Implementação do Sistema de Controle da Renúncia Fiscal.
- h) Controle de regularidade dos contribuintes enquadrados no regime de Estimativa Fiscal

Ação: 2525 - RECUPERACAO DE TRIBUTOS ADM.PELA SEFAZ E APERFEICOAMENTO DA SISTEMATICA DE COMBATE A SONEGACAO E EVASAO FISCAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: COIBIR O INCONVERSO DE TRIBUTOS ADM. PELA SEFAZ, ALEM DE MELHORAR O DESEMPENHO NA RECUP.DOS CREDITOS TRIBUTARI				
Descrição da Meta Física: CREDITO TRIBUTARIO CONSTITUIDO E CONCLUIDO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	220.900,00	198.900,00	128.170,73	0,00	58,02	64,44
240	83.950,00	83.950,00	59.083,55	0,00	70,38	70,38
Todas	304.850,00	282.850,00	187.254,28	0,00	61,43	66,20

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 A Superintendência de Fiscalização – Sufis tem como missão O CONTROLE EM TEMPO REAL DO TRÂNSITO DE MERCADORIAS, O PLANEJAMENTO E AÇÃO INTEGRADA DE FISCALIZAÇÃO PERTINENTE A TRIBUTOS ESTADUAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA.

O negócio da Sufis consiste em "fiscalizar a faixa de risco da obrigação tributária vinculada à tributos administrados pela fazenda estadual, identificar o padrão de comportamento fiscal na circulação de mercadorias e exercer o controle de estabelecimentos transportadores".

Destacam-se como principais produtos: planejamento das ações de fiscalização, crédito tributário constituído, informações fiscais fornecidas, homologação de lançamentos fiscais efetuados, informações sobre indícios de crimes contra a ordem tributária fornecida, documentos fiscais cancelados e fornecidos, controle digital do trânsito, controle aduaneiro das transportadoras.

Os recursos alocados neste projeto atividade em diárias e passagens interestaduais foram em sua maioria utilizados em eventos coordenados pela COTEPE - Comissão Técnica Permanente do ICMS em conjunto com as demais Unidades Federadas em assuntos específicos de cada Grupo de Trabalho que estuda e propõe aperfeiçoamento na legislação tributária, especificamente: cumprimento de obrigações acessórias – GT-05, Comunicação – GT-40, Energia Elétrica – GT-13, Transporte – GT-41, Agricultura – GT 28, pecuária GT-07 e SINTEGRA.

Os recursos alocados no projeto atividade em fiscalização foram utilizados para serviços de análise de combustíveis, aquisição e renovação de assinatura do Regulamento do ICMS.

No que se refere às aquisições de móveis, equipamentos de informática foram elaborados os Termos de Referência pertinentes, porém não foram realizadas as correspondentes licitações, em virtude do contingenciamento orçamentário.

Os demais itens não foram executados em decorrência do contingenciamento, consoante deliberação superior.

De todo modo as metas foram superadas, conforme demonstraremos a seguir.

Os principais resultados de 2007 em relação à meta física foram:

- 1) Constituição de crédito tributário de R\$ 947 milhões superando a meta de R\$ 262 milhões em 361%;
- 2) Foram executados 3.163 procedimentos fiscais incluindo auditoria geral, auditoria restrita, fiscalização de impacto, pedido de verificação fiscal e baixa sumária.
- 3) Emissão de 112.350 Termos de Apreensão e Depósito - TAD, ou seja, 5% mais que em 2006;



- 4) Valores lavrados por meio de TAD ultrapassou a casa dos R\$ 70 milhões, superando a meta prevista em 250%, e ainda, correspondeu a um incremento de 37% em relação ao ano de 2006;
- 5) Foram retidas 2.105.421 de terceiras vias de Notas Fiscais, por meio das Unidades Operativas de Fiscalização – UOF, localizadas nas sedes das transportadoras, distrito industrial e terminal rodoviário do município de Rondonópolis, o que representa cerca de 70% do volume total de notas fiscais de entrada do Estado;
- 6) Foram efetuadas mais de 16 mil conferências físicas de cargas, 60% a mais do que no ano anterior, bem como, a averiguação de mais de 80 mil volumes de mercadorias;
- 7) Acompanhamento de 100% dos estabelecimentos transportadoras cadastradas no Sistema EDI-Fiscal, conforme preconiza a Portaria nº 50/2007;
- 8) Fiscalização de 69% das cargas transmitidas pelas empresas transportadoras, ou seja, do total de 23.297 cargas transportadas 16.013 foram fiscalizadas.
- 9) No que refere ao Controle Digital do Trânsito, caba a uma de nossas unidades, especificamente a Gerência de Controle Digital do Trânsito, a gestão dos projetos a seguir:

9.1 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA TAD-e V. 2.0 AO SISTEMA DE CONTROLE DE BENS/MERCADORIAS ABANDONADAS V.1.0. Sistema Controle de Bens está em fase de desenvolvimento. Percentual concluído 40%.
 Obs: depende do término do sistema de Controle de Bens.

9.2 - INTERFACE ELETRÔNICA AO PASSE SINTEGRA. Percentual concluído 100%.
 Obs: sistema homologado e implantado nas UOF/MT.

9.3 - EVOLUÇÃO CONTROLE DE OPERAÇÕES DE ENTRADA - COE. Percentual concluído 90%.
 Obs: em fase de homologação, disponibilização em produção prevista para março de 2008.

9.4 - SISTEMA DE CONTROLE DE BENS/MERCADORIAS ABANDONADAS. Fase de concepção sendo finalizada. Percentual concluído 90%.
 Obs: em execução de testes funcionais.

9.5 - PORTAL INTERESTADUAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS Possibilitar outras funcionalidades, tais como download de passes fiscais e notas fiscais. Percentual concluído 100%. Alteração concluída e disponível para o usuário.

9.6 - PASSE FISCAL INTERESTADUAL - Nova Modelagem do Sistema. Percentual concluído 70%.
 Obs: em fase de homologação de algumas funcionalidades com previsão final para outubro de 2008.

9.7 - CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE. Percentual concluído 100%. Implantado em 11/02/2008.

9.8 - SISTEMA TAD-E VERSAO 2.0. Percentual concluído 100%. Sistema concluído e implantado em todas UOF.

9.9 - COMPARTILHAMENTO LÓGICO DOS POSTOS FISCAIS. Percentual concluído 30%.
 Obs: aguardando validação da Secretaria Adjunta da Receita Pública - SARP, porém sendo especificado.

9.10 - EMISSÃO DE PASSE FISCAL INTERESTADUAL AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA DO CONTRIBUINTE. Percentual concluído 50%.
 Em fase de teste piloto entre os Estados de SE X AL.

9.11 - SISTEMA EDI FISCAL - PADRONIZAÇÃO NACIONAL. Percentual concluído 100%.
 Obs: autorizado pela SARP, aguardando a implantação do CT_e.

9.12 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDI FISCAL COM INTEGRAÇÃO COM COMP. LÓGICO, NF-e e CT-e. Percentual concluído 30%.
 Obs: em fase de concepção do documento de visão.

9.13 - CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRONICO. Percentual concluído 30%.
 Obs: em fase de especificação, previsão para homologação em julho de 2008.

Ação: 2526 - EXECUCAO DAS DIRETRIZES DA POLITICA TRIBUTARIA, ECONOMICA E DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: EXECUTAR AS DIRETRIZES DA RECEITA PUBLICA E ECONOMICA, EFETUANDO O CONTROLE E ADM DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL				
Descrição da Meta Física: RECEITA PÚBLICA ESTADUAL ADMINISTRADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	635.700,00	381.700,00	217.638,56	0,00	34,24	57,02
240	129.000,00	845.000,00	134.857,80	0,00	104,54	15,96



Govorno do Estado de Mato Grosso

Todas	764.700,00	1.226.700,00	352.496,36	0,00	46,10	28,74
-------	------------	--------------	------------	------	-------	-------

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
<p>Foram intensificados ações de fiscalizações volantes nas regiões METROPOLITANA, SUL,NORTE, LESTE E OESTE. Instalação do Sistema de CONTROLE DE OPERAÇÕES DE ENTRADA - COE nos Postos Fiscais da Região Sul - Correntes, Araguaia e Cabeceira Alta.</p> <p>COE - digitação de todas as notas fiscais destinadas a MT. Faz-se uma busca em todos os sistemas fazendários, e em caso de pendências, é cobrado o Tributo na entrada do estado.</p> <p>Realizados cursos de capacitação em Identificação e cubagem de madeiras, Identificação de couro bovino</p> <p>Analista de Combustíveis credenciados pela Agencia Nacional de Petróleo, para análise dos combustíveis que transitam pelas regiões METROPOLITANA, SUL,NORTE, LESTE E OESTE.</p> <p>Realizadas ações de especiais de fiscalizações volantes na Região Metropolitana.</p> <p>Lotação de Fiscais de Tributos Estaduais nos pólos de receitas nas cidades de Sinop, Sorriso, Alta Floresta, Tangara da Serra, Cáceres, Rondonópolis, Primavera do Leste e Barra do Garças. Essas cidades pólos são responsáveis pelo atendimento de 90% das cidades do interior do estado.</p> <p>Desconcentração para análise dos processos das cidades do interior dos produtos do Garantido Integral, Conta Corrente Fiscal, Análise de pedido de Crédito Fiscal, Pedido de Verificação Fiscal - PVF, Consultas sobre normas tributárias, análise de Termo de Apreensão e Depósito - TAD, Cadastro de contribuintes.</p>	

Ação: 2527 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA CORREGEDORIA FAZENDARIA	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O DESVIO DE CONDUTA DE SERVIDOR FAZENDARIO				
Descrição da Meta Física: LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FAZENDARIOS ACOMPAN HADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	351.290,00	359.290,00	350.700,08	0,00	99,83	97,61
240	9.500,00	68.327,00	52.837,00	0,00	556,18	77,33
Todas	360.790,00	427.617,00	403.537,08	0,00	111,85	94,37

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
<p>A meta da Corregedoria Fazendária foi alcançada, sendo executadas investigações e apurações de irregularidades funcionais; intensificadas ações preventivas tais como: coletas de documentos e palestras educativas voltadas para a ética; revisadas e acompanhadas ações fiscais. E executado Serviço de Inteligência, criado pela Lei nº 8623/2006 (Unidade de Pesquisa e Investigação-UPI).</p> <p>A sobra orçamentária se deu em virtude da variação da cotação do dólar na aquisição do "software para cruzamento de dados" e também do cancelamento da aquisição do software de auditoria IDEA . Para atender a aquisição do "software para cruzamento", não planejada a Unidade ASDASA suplementou o valor de R\$ 66.827,00(sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais).</p>	

Ação: 2528 - MANUTENCAO DO ORGAO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINIS- TRATIVO TRIBUTARIO - OJPAT	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: CONTRIBUIR COM A CELERIDADE NA CONCLUSAO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO				
Descrição da Meta Física: PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO JULGADO NO PRAZO				
Unidade de Medida: MÊS				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	0		



Govorno do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	90.140,00	90.140,00	58.038,47	0,00	64,39	64,39
240	33.441,00	34.950,00	19.559,23	0,00	58,49	55,96
Todas	123.581,00	125.090,00	77.597,70	0,00	62,79	62,03

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
<p>A não utilização do recurso para "passagens e diárias", no exercício de 2007, se justifica por não ter sido o órgão convocado a participar das reuniões relativas aos grupos de trabalho do COTEPE - GT 21 e visitas técnicas.- Em relação a não utilização da totalidade dos recursos relativos a "serviços de terceiros e pessoas jurídicas" se justifica em razão da não implantação do Programa "NAI em lote" que inicialmente teria uma produção de 6.000 NAI's. Em decorrência disso não houve os desdobramentos previstos com 6.000 PAT's: Ex: Intimação via Diário Oficial, capas de processos etiquetas etc...- Em relação a utilização parcial dos recursos relativos aos "equipamentos" justifica-se em razão da não aquisição das impressoras previstas no PTA.</p>	

Ação: 2699 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA DELEGACIA FAZENDARIA-UN IDADE SEFAZ	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: COMBATER O CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTARIA ADMINISTRATIVA PUBLICA				
Descrição da Meta Física: PRAZO LEGAL PARA A CONCLUSAO DOS INQUERITOS INSTAURADOS MANTIDO				
Unidade de Medida: DIA				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
30	30	100	333,33	333,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	266.200,00	166.200,00	88.918,35	0,00	33,40	53,50
240	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	276.200,00	166.200,00	88.918,35	0,00	32,19	53,50

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
<p>I) NA ACAO CONJUNTA SEFAZ/DEPOLMPE OBTIVEMOS OS SEGUINTE RESULTADOS:1. 55 (cinquenta e cinco) denúncias oferecidas abrangendo as Comarcas da capital e interior, que tinham como objeto CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA e/ou CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, cujas fraudes apuradas, atingiram a soma de R\$ 9.587.540,69 (nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos);2. 16 (dezesseis) ações civis oferecidas abrangendo as Comarcas da capital e interior, que tinham como objeto ações correlatas a CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA e/ou CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que implicaram em improbidade administrativa e prejuízo ao erário, cujas fraudes apuradas, atingiram a soma de R\$ 28.106.058,99 (vinte e oito milhões, cento e seis mil, cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). DESENVOLVIMENTO DAS OPERACOES:1. "ALTO DA BOA VISTA" - Período de 15/01/2007 à 22/01/2007 - Prefeitura Municipal de Alto da Boa Vista/MT, cumprindo 10 mandados de Busca e Apreensão na Prefeitura, Secretaria de Finanças, nas residências de alguns Secretariados municipais e do Prefeito, Escritório de Contabilidade em São Félix do Araguaia/MT - Instauração do IP nº 149/2006;2. "OPERAÇÃO METAMORFOSE" - Período de 06/03/2007 à 09/03/2007, Fraude dos servidores do DETRAN, onde foi desmontada a quadra que agia neste Estado, transformando "Carretinhas" em Carretas grandes, foram expedidos 05 mandado de prisão temporário, cumpridas 03 - Instauração do IP 033/07.3. "OPERAÇÃO EXTENSÃO ASSESSORIA" - Período de 03/04/2007 à 05/04/2007, realizadas 02 operações, uma em Cuiabá/MT, na qual foram cumpridas 04 mandados de busca e apreensão na empresa EXTENSÃO e outra no Estado de Goiás/GO, na qual foram cumpridas 01 mandado de busca e apreensão no Frigorífico Arantes em Santa Fé/GO, e um mandado de prisão de Lauro Cunha Guimarães Junior - Instauração do IP 016/2007;4. "OPERAÇÃO INSPETORES DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ" - Período de 25/05/2007, flagrante do pedido de propina dos inspetores da Prefeitura Municipal de Cuiabá, setor de ISSQN, resultando em 03 prisões em flagrante, instauração do IP nº 043/2007;5. "OPERAÇÃO BARRA DO BUGRES" - período de 25/06/2007, cumprindo 07 (sete) Mandado de Busca e Apreensão na residência do Vereador Orlando Cardoso, na residência da contadora da Câmara Queli Cristina e na Prefeitura Municipal - instauração do IP nº 039/2007;6. "OPERAÇÃO SÃO JOSÉ DO XINGU/MT" - cumpridos vários mandados de Busca e Apreensão na Prefeitura, na residência do Prefeito e Várias Secretarias, referente desvio de verbas públicas na Licitação e na execução dos Contratos e inclusive desvio de verbas federais - instauração do IP nº 014/2007;7. "OPERAÇÃO OURO BRANCO ALGODÃO" - período de 04/09/2007, município de Campo Verde/MT, foram cumpridas 11 mandados de Busca e Apreensão nas empresas Comercial Têxtil Condor, Cotton SMP - Ind. Com. Têxtil Bouquerão, Cooperagro, Cooperativa Agro Indústria de Campo Verde, cujos empresários estavam lesando o pagamento do ICMS com Notas Fiscais de saída de algodão, instauração do IP nº 062/2007;8. "OPERAÇÃO CMC" - cumpridos</p>	



03 mandados de Busca e Apreensão para apurar fraudes na Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, instauração do IP nº 053/2007.Termo de Cooperação Técnica entre o MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL e a Federação do Comércio de Mato Grosso – FECOMERCIO, com a finalidade de analisar e promover a perícia contábil a partir do material e informações coletadas durante as operações policiais denominadas QUIMERA I e II resultando na apuração pela perícia do valor total de R\$ 9.362.408,26 (nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e vinte e seis centavos) de crédito tributário sonegado no DESVIO de 3a. vias de NOTAS FISCAIS de OPERAÇÕES INTERESTADUAIS de ENTRADA. Empresa ATACADÃO DISTR. COM. E INDUSTRIA LTDA., apresentou nos anos de 2005, 2006 e 2007 a arrecadação de R\$ 95.927.441,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais), constatando incremento de 25,21%. A APURACAO DO CREDITO TRIBUTARIO RECOLHIDO DAS OPERACOES DESENVOLVIDAS NAS ACOES CONJUNTAS SEFAZ/DEPOL/MPE FICOU PREJUDICADA POIS NÃO SE TEM A IDENTIFICACAO, NO ATO DO RECOLHIMENTO, TRATAR-SE DE OPERACAO CONJUNTA SEFAZ/DEPOL/MPE. II) RELATIVAMENTE A EXECUCAO ORCAMENTARIA TIVEMOS RESTRICAO PELA AREA ADMINISTRATIVA DA SEFAZ NA LIBERACAO DE DIARIAS IMPOSSIBILITANDO A UTILIZACAO TOTAL DO ORCAMENTO APROVADO E A REALIZACAO DE MUITAS OPERACOES PLANEJADAS PARA O ANO. III) QUANTO A EXECUCAO FINANCEIRA NÃO TEMOS ACESSO AS INFORMACOES DE CUSTOS/PAGAMENTO DE DESPESAS PARA ANALISAR OU INFORMAR OS RESULTADOS NECESSARIOS.

Ação: 2700 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA PROMOTORIA - UNIDADE SE FAZ	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A SONEGACAO FISCAL				
Descrição da Meta Física: ACOES REFERENTES AO COMBATE AOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA MANTIDAS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	38.450,00	38.450,00	25.242,12	0,00	65,65	65,65
240	8.120,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	46.570,00	38.450,00	25.242,12	0,00	54,20	65,65

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
I) NA ACAO CONJUNTA SEFAZ/MPE/DEPOL OBTIVEMOS OS SEGUINTE RESULTADOS:1. 55 (cinquenta e cinco) denúncias oferecidas abrangendo as Comarcas da capital e interior, que tinham como objeto CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA e/ou CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, cujas fraudes apuradas, atingiram a soma de R\$ 9.587.540,69 (nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos);2. 16 (dezesseis) ações civis oferecidas abrangendo as Comarcas da capital e interior, que tinham como objeto ações correlatas a CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA e/ou CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que implicaram em improbidade administrativa e prejuízo ao erário, cujas fraudes apuradas, atingiram a soma de R\$ 28.106.058,99 (vinte e oito milhões, cento e seis mil, cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). DESENVOLVIMENTO DAS OPERACOES:1. "ALTO DA BOA VISTA" – Período de 15/01/2007 à 22/01/2007 – Prefeitura Municipal de Alto da Boa Vista/MT, cumprindo 10 mandados de Busca e Apreensão na Prefeitura, Secretaria de Finanças, nas residências de alguns Secretariados municipais e do Prefeito, Escritório de Contabilidade em São Félix do Araguaia/MT – Instauração do IP nº 149/2006;2. "OPERAÇÃO METAMORFOSE" – Período de 06/03/2007 à 09/03/2007, Fraude dos servidores do DETRAN, onde foi desmontada a quadra onde agia neste Estado, transformando "Carretilhas" em Carretas grandes, foram expedidos 05 mandado de prisão temporário, cumpridas 03 – Instauração do IP 033/07.3. "OPERAÇÃO EXTENSÃO ASSESSORIA" – Período de 03/04/2007 à 05/04/2007, realizadas 02 operações, uma em Cuiabá/MT, na qual foram cumpridas 04 mandados de busca e apreensão na empresa EXTENSÃO e outra no Estado de Goiás/GO, na qual foram cumpridas 01 mandado de busca e apreensão no Frigorífico Arantes em Santa Fé/GO, e um mandado de prisão de Lauro Cunha Guimarães Junior – Instauração do IP 016/2007;4. "OPERAÇÃO INSPETORES DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ" – Período de 25/05/2007, flagrante do pedido de propina dos inspetores da Prefeitura Municipal de Cuiabá, setor de ISSQN, resultando em 03 prisões em flagrante, instauração do IP nº 043/2007;5. "OPERAÇÃO BARRA DO BUGRES" – período de 25/06/2007, cumprindo 07 (sete) Mandado de Busca e Apreensão na residência do Vereador Orlando Cardoso, na residência da contadora da Câmara Queli Cristina e na Prefeitura Municipal – instauração do IP nº 039/2007;6. "OPERAÇÃO SÃO JOSÉ DO XINGU/MT" – cumpridos vários mandados de Busca e Apreensão na Prefeitura, na residência do Prefeito e Várias Secretarias, referente desvio de verbas públicas na Licitação e na execução dos Contratos e inclusive desvio de verbas federais – instauração do IP nº 014/2007;7. "OPERAÇÃO OURO BRANCO ALGODÃO" – período de 04/09/2007, município de Campo Verde/MT, foram cumpridas 11 mandados de Busca e Apreensão nas empresas Comercial Têxtil Condor, Cotton SMP – Ind. Com. Têxtil Bouquerão, Cooperagro, Cooperativa Agro Indústria de Campo Verde, cujos empresários estavam lesando o pagamento do ICMS com Notas Fiscais de saída de algodão, instauração do IP nº 062/2007;8. "OPERAÇÃO CMC" – cumpridos 03 mandados de Busca e Apreensão para apurar fraudes na Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, instauração do IP nº 053/2007.Termo de Cooperação Técnica entre o MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL e a Federação do Comércio de Mato Grosso – FECOMERCIO, com a finalidade de analisar e promover a perícia contábil a partir do material e informações coletadas durante as operações policiais denominadas QUIMERA I e II resultando na apuração pela perícia do valor total de R\$ 9.362.408,26 (nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e vinte e seis centavos) de crédito tributário sonegado no DESVIO de 3a. vias de NOTAS FISCAIS de OPERAÇÕES INTERESTADUAIS de ENTRADA. Empresa ATACADÃO DISTR. COM. E INDUSTRIA LTDA., apresentou	



nos anos de 2005, 2006 e 2007 a arrecadação de R\$ 95.927.441,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais), constatando incremento de 25,21%. A APURACAO DO CREDITO TRIBUTARIO RECOLHIDO DAS OPERACOES DESENVOLVIDAS NAS ACOES CONJUNTAS SEFAZ/MPE/DEPOL FICOU PREJUDICADA POIS NÃO SE TEM A IDENTIFICACAO, NO ATO DO RECOLHIMENTO, TRATAR-SE DE OPERACAO CONJUNTA SEFAZ/MPE/DEPOL.II) RELATIVAMENTE A EXECUCAO ORCAMENTARIA TIVEMOS RESTRICAO PELA AREA ADMINISTRATIVA DA SEFAZ DA LIBERACAO DOS CURSOS PREVISTOS E APROVADOS INICIALMENTE PARA A EQUIPE DE FISCALIZACAO, COMO TAMBEM DA LIBERACAO DE DIARIAS IMPOSSIBILITANDO A UTILIZACAO TOTAL DO ORCAMENTO APROVADO(R\$ 38.450,00) E A REALIZACAO DE OPERACOES PLANEJADAS PARA O ANO, INVIABILIZANDO O ATINGIMENTO DA META FISICA PREVISTA EM NOSSO PLANEJAMENTO.III) QUANTO A EXECUCAO FINANCEIRA NÃO TEMOS ACESSO AS INFORMACOES DE CUSTOS/PAGAMENTO DE DESPESAS PARA ANALISAR OU INFORMAR OS RESULTADOS NECESSARIOS.

Ação: 2929 - REGISTRO, CONTROLE, CONSOLIDACAO, CONCILIAAO, ANALISE E AVALIACAO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GARANTIR O REGISTRO, CONTROLE, CONSOLIDACAO, ANALISE E AVALIACAO DA RECEITA PUBLICA.				
Descrição da Meta Física: RECEITA PÚBLICA ESTADUAL REGISTRADA. CONTROLADA E AVALIADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	69	69,00	69,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	255.400,00	105.400,00	71.733,18	0,00	28,09	68,06
240	67.950,00	67.950,00	42.487,74	0,00	62,53	62,53
Todas	323.350,00	173.350,00	114.220,92	0,00	35,32	65,89

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	69
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Projeto de atividade 2929: registro, controle, consolidação, conciliação, análise e avaliação da receita pública estadual (planejado R\$ 323.350,00 executado R\$ 103,756,18) = 32% de execução.	
A Superintendência de Informações Sobre Outras Receitas tem como missão inventariar e produzir informações estatísticas e econômico fiscais, bem como desenvolver serviços eletrônicos vinculados ao cumprimento de obrigações tributárias, gerir as medidas relativas às transferências constitucionais, legais, convencionais e demais tributos estaduais, exceto àquelas referentes ao ICMS.	
Destacam-se como principais produtos: a disponibilização de informações eletrônicas sobre o cadastro de contribuintes do estado, o lançamento e controle do IPVA, ITCD, Taxas, Fundos, Transferências Constitucionais, Legais, Convencionais e demais tributos estaduais, exceto o ICMS.	
Os recursos orçamentários alocados neste projeto atividade em diárias e passagens foram, em sua maioria, utilizados em eventos coordenados pela COTEPE – Comissão Técnica Permanente em conjunto com os demais Estados da Federação, quais sejam: Grupo de Trabalho de Arrecadação e Grupo de Trabalho do Simples Nacional.	
Algumas aquisições de móveis e equipamentos de informática não foram efetuadas por motivo de morosidade na licitação e contingenciamento imposto pelo governo.	
Os principais resultados de 2007 foram:	
a) O controle e registro da receita tributária foram efetuados até o dia 10 do mês subsequente, conforme planejado;	
b) O valor da receita pública arrecadada por DAR passou de um percentual de 32.03% e 2006 para 42.73%;	
c) O número de unidades da rede arrecadadora aumentou em 97%;	
d) O número de modalidades de pagamentos passou de 3 em 2006 para 7 em 2007, sendo que as acrescidas foram: fone fácil, correspondente bancário, lotérica e Bradesco Express;	
e) Aumentado o número de órgãos estaduais e fundos que passaram a arrecadar por meio do sistema de arrecadação da SEFAZ, chegando a 30, ou seja, 54,55 % do total existente.	



Ação: 3120 - IMPLANTACAO DA GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PUBLICAS ESTADUAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: GERENCIAR TODAS AS RECEITAS PUBLICA NO ESTADO, VISANDO A MELHORIA NA GESTAO DE OUTRAS FONTES DE FCTO PUBLICO				
Descrição da Meta Física: GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PUBLICAS ESTADUAIS IMPLANTAD AS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	0	43	43,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	100,00	100,00
Todas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	100,00	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	43
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Projeto Atividade 3120: implantação da Gestão da demais Receita Pública Estaduais (planejado R\$ 200.000,00 e executado R\$ 94.075,00) – 47% de execução.	
A Superintendência de Informações Sobre Outras Receitas tem como missão inventariar e produzir informações estatísticas e econômico fiscais, bem como desenvolver serviços eletrônicos vinculados ao cumprimento de obrigações tributárias, gerir as medidas relativas às transferências constitucionais, legais, conveniais e demais tributos estaduais, exceto àquelas referentes ao ICMS.	
Destacam-se como principais produtos: a disponibilização de informações eletrônicas sobre o cadastro de contribuintes do estado, o lançamento e controle do IPVA, ITCD, Taxas, Fundos, Transferências Constitucionais, Legais, Conveniais e demais tributos estaduais, exceto o ICMS.	
O recurso orçamentário planejado em pessoa jurídica foi utilizado para pagamento de consultoria para adequar os Sistemas Corporativos Fazendários. A não execução dos valores do restante planejado em 2007 foi por motivo de decisão da alta administração.	
Os principais resultados de 2007 foram:	
a) Os produtores rurais ativos foram devidamente cadastrados;	
b) Concluída a confirmação de dados dos contribuintes do Comércio e Indústria, sendo que 78% efetuaram atualizações e o restante foi suspenso do cadastro;	
c) Foram enviadas 16.495 notificações a contribuintes para validação de dados;	
d) Concluída a atualização da CNAE de todos os contribuintes do estado (versão 2.0);	
e) Foram automatizadas diversas funcionalidades no sistema do IPVA, entre elas destacam-se isenção, imunidade, baixa de veículo por roubo/furto e baixa de veículo sinistrado;	
f) Foram verificados os débitos de 220.000 veículos e aqueles que estavam com a base de cálculo incorretas foram devidamente corrigidas;	
g) Concluída a implantação do sistema eletrônico de controle do ECF - Equipamento Emissor de Cupom Fiscal;	
h) Concluída a implantação do sistema eletrônico de concessão de AIDF – Autorização de Impressão de Documentos Fiscais;	
i) Efetuada a adesão de 722 construtoras ao FUPIS – Fundo de Partilhado de Investimento Sociais, sendo que as demais (3.767) foram devidamente suspensas por serem consideradas não contribuintes do ICMS;	
j) Efetuada manutenção e aperfeiçoamento ao sistema de CND – Certidão Negativa de Débito;	
k) Realizadas parcerias com municípios para cobrança dos débitos do IPVA, sendo que 90 % dos débitos existentes no Conta Corrente do IPVA foram encaminhados a esses municípios para atividades de cobranças.	

Ação: 3121 - IMPLANTACAO DA GESTAO GLOBAL DE CREDITO FISCAL Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: ADMINISTRAR O CREDITO FISCAL ESTADUAL UTILIZADO PELO SUJEITO PASSIVO DE FORMA A ASSEGURAR SUA REGULA.E IDONEID				
Descrição da Meta Física: GESTÃO DO CRÉDITO FISCAL UTILIZADO PELO SUJEITO PASSIVO IMPLANTADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	0	50	50,00	



Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100,00	100,00
Todas	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100,00	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	50
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Projeto 3121- IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO GLOBAL DE CRÉDITO FISCAL	
Em virtude do princípio de não-cumulatividade aplicado ao ICMS, a gestão do crédito fiscal em circulação e em estoque junto aos contribuintes mato-grossenses é fator crítico de sucesso para cumprimento do Programa de Gestão da Receita Pública.	
Com essa orientação, em 2007 foram implementadas evoluções nos sistemas de análise, autorização e fruição de créditos fiscais, em especial sistema de Gerenciamento Eletrônico de Créditos Fiscais – PAC-e/RUC-e e sistema ICMS Garantido. Adicionalmente, foi concebido o sistema de Gestão do Crédito Fiscal, atualmente em fase de implementação pela CGTI, o qual proporcionará acompanhamento ampliado sobre as diversas formas de fruição do crédito fiscal.	
Entre os resultados alcançados destacam-se:	
a) verificação da idoneidade e regularidade de 100% das operações relativas à compensação de crédito referente ao ICMS Garantido Integral de uma quantidade média de 135 processos por mês;	
b) analisados mensalmente 1.320 processos referentes a restituição de crédito, consulta e desoneração, mantendo-se abaixo da relação entre o número de processos em relação ao ano imediatamente anterior;	
c) centralização do processo de autorização de restituição e crédito por repetição de indébito na GGCF	
d) acompanhamento sobre a fruição indevida de crédito fiscal por remetente localizado em UF que conceda benefícios fiscais não amparados por convênio - Decreto 4540/04	

Ação: 3596 - IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA DE CONTROLE DE TRANSITO DE MERCADORIA NO ESTADO - PGT Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: GARANTIR ATRAVES DO SISTEMA ELETRONICO MAIOR EFETIVIDADE NA GESTAO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES FAZENDARIAS DE				
Descrição da Meta Física: SISTEMA IMPLANTADO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	10	20	20,00	200,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	1.200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	16,67	100,00
Todas	1.200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	16,67	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	20
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
O projeto inicial previa a integração com balanças eletrônicas.	
No decorrer de sua implementação houve a opção de utilização de balanças eletrônicas por cooperação com outros órgãos, sendo portanto desnecessário a aquisição de tais equipamentos.	
Foram remanejados R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para outras dotações:	
1) Em maio de 2007 – R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais) foram destinados à área Tecnologia de Informação – TI para a aquisição de material permanente.	
2) Em novembro de 2007 – R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) foram remanejados para aquisição de material permanente (nobrete e grupo gerador) para os postos fiscais.	
O valor restante, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), foram aplicados na execução do projeto.	



Atualmente, o PGT encontra-se em fase de transferência de tecnologia para empresa contratada para o desenvolvimento do software.

O percentual concluído é de 20%, que constitui na elaboração do documento de visão, caso de uso e desenvolvimento do protótipo.

Ação: 1915 - IMPLEMENTACAO DA SISTEMATICA DE PREVISAO E MONITORAMEN TO DAS RECEITAS PUBLICAS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
Objetivo Específico: MELHORAR O GERENCIAMENTO DAS RECEITAS PUBLICAS				
Descrição da Meta Física: RECEITAS PUBLICAS PREVISTAS E MONITORADAS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	50	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	28.965,00	26.798,08	2.998,08	0,00	10,35	11,19
263	64.001,00	64.001,00	0,00	0,00	0	0
Todas	92.966,00	90.799,08	2.998,08	0,00	3,22	3,30

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	50

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A ação não conseguiu atingir seu objetivo na totalidade, posto que o sistema informatizado não poderá entrar integralmente em operação no exercício de 2008. Vários fatores contribuíram para isso. O sistema nos foi cedido, sem custos, pelo Governo federal. No entanto, a equipe de tecnologia do Estado encontrou dificuldades por não possuir técnicos que dominassem a linguagem original do sistema. Após grande esforço de análise e de tempo, resolveu-se aperfeiçoar um sistema que o Estado já possuía só que tendo como referência o sistema do Governo Federal. Estamos em fase de testes e achamos prematuro utilizar o novo sistema como única ferramenta para a previsão das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos/entidades da administração pública estadual. No presente exercício de 2008, utilizaremos o novo sistema como alternativa paralela, a fim de testá-lo. Quanto aos recursos orçamentários utilizados, foram empregados em viagens técnicas até Brasília, com a finalidade de troca de informações. Os recursos que são os oriundos da fonte 263, do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados - PNAGE, não foram utilizados, porque esses não foram repassados para a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral no exercício em análise.



Programa

Programa: 0237 - GASTO PÚBLICO								
Objetivo do Programa: EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA								
Und.Resp.Programa: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA								
Resp. Programa: WALDIR JULIO TEIS								
Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2007	DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	anual	percentual	49	49	33.05	30/1/2008
	2007	RECEITA PUBLICA/DESPESA PUBLICA >=1	anual	índice	1	1	1.008	30/1/2008

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
1.651.606,96	1.237.133,93	471.545,75	0,00	28,55	38,12

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Aproximadamente 60% do orçamento do Programa 237 para o exercício de 2007 foram destinados para o desenvolvimento da segunda versão do FIPLAN - Sistema de Planejamento, finanças e contabilidade do Estado. Mas, devido ao atraso na implementação da primeira versão, não foi possível iniciar o desenvolvimento da segunda versão em 2007, tendo sido disponibilizados o orçamento para outras atividades da SEFAZ: R\$ 350.000,00 foram destinados para a contratação de Pessoa Jurídica para elaborar o concurso de ATE e R\$ 468.000,00 foram disponibilizados para a reforma de postos fiscais e aquisição de veículos para a fiscalização. Merece destaque também, durante o exercício de 2007, o desempenho do projeto 1690 - Gestão de Convênios, sob a responsabilidade da SEPLAN. O orçamento inicial para a atividade foi de R\$ 69.438,00, o qual foi suplementado atingindo a dotação final de R\$ 632.321,33. Pode-se observar que, desse total, foram empenhados R\$ 269.647,42, ou seja, apenas 42% da dotação final. Já registramos, como recomendação, incluir o projeto em questão num programa sob a gestão da SEPLAN, que é a responsável pelo projeto, por se tratar prioritariamente de captação de recursos junto ao Governo Federal, descaracterizando assim o descolamento do objetivo do Programa 237, que é o controle do gasto público. As demais atividades foram realizadas dentro da normalidade, com recursos suficientes para as suas ações, sendo que algumas realizaram remanejamentos para atender necessidades de outras áreas, conforme especificado nos relatórios dos projetos e atividades. O controle da aplicação do gasto público, realizado pela Secretaria Adjunta do Gasto Público, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, visa o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas fiscais e obediência a limites e condições para a execução da despesa pública. Entre os projetos e atividades desenvolvidos na Secretaria Adjunta, destacamos o acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF; a Coordenação da Câmara Fiscal; a elaboração do Anexo de Metas e de Riscos Fiscais para a LDO; a realização de audiências públicas; a gestão do Planejamento Financeiro Estadual; a gestão da dívida pública estadual e o monitoramento da auto sustentabilidade da administração indireta. A Secretaria Adjunta do Gasto Público coordenou e acompanhou a missão técnica da Secretaria do Tesouro Estadual-STN, a qual visita anualmente o Estado de Mato Grosso com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas e compromissos firmados entre o Governo do Estado e o Governo Federal, objeto da Lei nr. 9496/97, bem como elaborar a revisão anual do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF. As metas avaliadas anualmente pela STN são:

1. Dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);
2. Resultado Primário;
3. Despesas com funcionalismo público em relação à receita corrente líquida;
4. Receitas de arrecadação própria;
5. Reforma do Estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos;
6. Despesas de investimento em relação à Receita Líquida Real (RLR).

.O desempenho das metas do PAF relacionadas à Secretaria Adjunta do Gasto Público durante o exercício de 2007 está demonstrado a seguir, sendo que os resultados apresentados são preliminares, uma vez que o balanço do Estado, até o presente momento, ainda não está fechado.

.Dívida Financeira Líquida: A meta para 2007 é de 1,35% e o resultado projetado é 1,31%, ou seja, será inferior ao percentual máximo estabelecido.

.Resultado Primário: O resultado primário é o principal indicador de sustentabilidade fiscal do Estado. Atualmente, este indicador é utilizado para verificar o montante "poupado" para honrar o pagamento dos juros da dívida pública, conceito aplicado pela STN na regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado preliminar para o exercício de 2007 é de R\$ 610 milhões.

.Despesas com o funcionalismo público: O Estado vem monitorando com rigor o percentual das despesas com funcionalismo público em relação à Receita Corrente Líquida sendo que dados preliminares apontam a execução dessa despesa, no exercício de 2007, num percentual de 49,12%, permanecendo abaixo do limite prudencial estabelecido pelo art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

.Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos:Um dos compromissos estabelecidos por esta meta é limitar as Outras Despesas Correntes a percentuais da Receita Líquida Real. A execução dessas despesas foi regulada pela determinação de redução de gastos para que não ultrapassasse a capacidade de pagamento do Estado, sendo sua execução orientada pelos limites da programação financeira estadual e, sobretudo, pela confirmação da existência de recursos suficientes, principalmente no que diz respeito às despesas financiadas com recursos ordinários do Tesouro Estadual. A previsão é cumprir esta meta no exercício de 2007.

.Despesas com investimento: Os resultados demonstram que o Estado vem aplicando em investimentos montantes superiores aos estabelecidos pela STN, porém, sem descumprir a meta de Resultado Primário. Em 2007 o percentual aplicado em investimentos será de



aproximadamente 12,93% da Receita Corrente Líquida.
Equilíbrio Fiscal: o equilíbrio fiscal (despesa pública/receita pública) foi mantido no período de 2007, obtendo o seguinte índice: 1,004.

Indicador do Programa 237, o percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida com o pagamento da dívida pública deveria se apresentar inferior a 16% até dezembro 2007. O percentual atingido foi de 13,26%, demonstrando o cumprimento de mais um indicador do programa. Outro avanço obtido no exercício de 2007 foi a implantação do FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças. Trata-se de uma moderna, eficiente e dinâmica ferramenta de gerenciamento da execução da programação financeira, contábil e de planejamento do Estado. Concebido por técnicos da Secretaria Adjunta do Gasto Público-SEFAZ, o Fiplan integrou os principais sistemas corporativos do Estado – Sigplan, Sif e Sidorffi - e entrou em operação em 2007. A sua implantação proporcionou ao Estado algumas melhorias, como a implementação de um plano de contas misto, utilizando um similar ao Sifaf federal, atendendo às exigências das Leis 101/2000, 4.320/64 e 6.404/76, permitindo a utilização do sistema por empresas públicas e sociedades de economia mista; a unicidade de informações, facilitando a execução da programação financeira, a execução orçamentária da receita e da despesa, a contabilização e a prestação de contas dos órgãos da administração direta e indireta; a inclusão de informações no sistema uma única vez pela fonte de origem, eliminando redundância de informações e, ainda, a redução do fluxo físico de informações.

Indicadores:

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1694 - RECADASTRAMENTO DOS INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
Objetivo Específico: LEVANTAR OS BENEFICIOS CONCEDIDOS INDEVIDAMENTE VISANDO EXPURGAR CONCESSOES IRREGULARES				
Descrição da Meta Física: INATIVOS PENSIONISTAS E DEPENDENTES RECADASTRADOS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	20	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	53.806,36	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	53.806,36	0,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	20

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No que se refere a este projeto temos a informar que o mesmo possui medidas onerosas e não onerosas. Em relação às medidas não onerosas (Revisão de benefícios de aposentadoria), as mesmas foram executadas normalmente no transcorrer do exercício de 2007. Em relação às medidas onerosas (que seria o Recadastramento dos Servidores Inativos, Pensionistas e Dependentes do Poder Executivo Estadual), as mesmas não puderam ser executadas devido ao remanejamento de 100% da dotação inicial do projeto para o pagamento de despesas de pessoal. Assim, só foi possível cumprir metade da meta prevista.

Ação: 1695 - FISCALIZACAO E COBRANCA DE CONTRIBUICOES PREVIDEN CIARIAS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
Objetivo Específico: AUMENTAR A RECEITA PREVIDENCIARIA				
Descrição da Meta Física: CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS FISCALIZADAS E COBRADAS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	40	100,00	100,00

Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	40	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	17.850,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	17.850,00	0,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	40

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No que tange ao Projeto de Fiscalização e Cobrança de Contribuições Previdenciárias, cujo objetivo específico busca aumentar a receita previdenciária, informamos que o mesmo encontra-se desdobrado em medidas de caráter não oneroso e medidas de caráter oneroso. Ressaltamos que no exercício de 2007 não ocorreu qualquer execução orçamentária e financeira deste Projeto/Atividade, uma vez que as medidas implantadas foram não onerosas (Ex.: Levantamento de débitos de contribuições; Celebração de Convênios; Elaboração de Normatização Legislativa; etc...). Ressaltamos, ainda, que a ausência de execução orçamentária e financeira ocorrida no exercício de 2007, decorreu do remanejamento de 100% de sua dotação inicial para o pagamento de despesas de pessoal.



Ação: 1662 - IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA A SOCIEDADE Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GARANTIR A TRANSPARENCIA NA GESTAO ORCAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL,DISPONIBILIZANDO INFORM.A SOCIEDADE				
Descrição da Meta Física: SISTEMATICA DE INFORMACOES ELABORADA E DISPONIBILIZADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
18	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	0
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Foram orçados R\$ 24.000,00 para o desenvolvimento de boletim contendo análise, até o nível de sub elemento de despesa, para a avaliação do gasto público. No entanto, com o desenvolvimento do SIG, pelo CEPROMAT, optou-se por não desenvolver o boletim uma vez que as informações estariam duplicadas. Assim, o valor orçado foi remanejado para a atividade 2529, para complementar a publicação do Balanço Geral do Estado.	

Ação: 2084 - MANUTENCAO DO EQUILIBRIO FISCAL DO FUNGEFAZ Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GARANTIR A ADMINISTRACAO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO FUNGEFAZ DE ACORDO COM O ORÇAMENTO				
Descrição da Meta Física: EQUILIBRIO FISCAL DO FUNGEFAZ MANTIDO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	30.600,00	30.600,00	27.320,50	0,00	89,28	89,28
Todas	30.600,00	30.600,00	27.320,50	0,00	89,28	89,28

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Das ações previstas nesta atividade foram executadas de acordo com o planejado em 100%. Em relação ao orçamentário não houve a execução em 100% considerando a abertura do exercício financeiro a partir de março/07 impactando na execução de algumas tarefas previstas.	

Ação: 2129 - ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA ESTADUAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: ADMINISTRAR A DIVIDA PUBLICA CONSIDERANDO OS EFEITOS FISCAIS DE MEDIO E LONGO PRAZO				
Descrição da Meta Física: ESTOQUE DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA EM RELACAO A RECEITA CORRENTE LIQUIDA MENOR OU IGUAL A DOIS				
Unidade de Medida: ÍNDICE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	2	100,00	100,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	27.700,00	17.700,00	15.997,14	0,00	57,75	90,38
240	8.090,00	8.090,00	5.200,28	0,00	64,28	64,28
Todas	35.790,00	25.790,00	21.197,42	0,00	59,23	82,19

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	2
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
A gestão da Dívida Pública Estadual e demais despesas do EGE/SEFAZ obteve os seguintes resultados no exercício de 2007:	
1. Contratos da dívida pública atualizados mensalmente e disponibilizados pelos cenários, resultando em:	
a) Estoque da dívida consolidada líquida em 0,84 x RCL (LRF);	
b) Estoque da dívida consolidada em 1,28 x RLR (PAF);	
c) Orçamento planejado e executado do EGE/SEFAZ.	
2. Despesas do EGE/SEFAZ executadas nas datas de vencimentos e prestação de contas entregues nos prazos determinados;	
3. Gerenciamento dos encargos sociais e fiscais possibilitando:	
a) Recolhimento dentro das normas legais;	
b) Créditos recuperados;	
c) Adimplência do Estado junto aos órgãos federais - CND vigente e regularidade do CAUC.	
As metas foram atendidas, satisfazendo o objetivo proposto no projeto/atividade, sendo utilizados 57,75% em diárias e passagens e 64,28% em equipamentos com relação ao recurso orçado.Outro avanço obtido no exercício de 2007 foi a implantação do FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças. Trata-se de uma moderna, eficiente e dinâmica ferramenta de gerenciamento da execução da programação financeira, contábil e de planejamento do Estado. Concedido por técnicos da Secretaria Adjunta do Gasto Público-SEFAZ, o Fiplan integrou os principais sistemas corporativos do Estado - Sigplan, Sinf e Sidorffi - e entrou em operação em 2007. A sua implantação proporcionou ao Estado algumas melhorias, como a implementação de um plano de contas misto, utilizando um similar ao Sinf federal, atendendo às exigências das Leis 101/2000, 4.320/64 e 6.404/76, permitindo a utilização do sistema por empresas públicas e sociedades de economia mista; a unicidade de informações, facilitando a execução da programação financeira, a execução orçamentária da receita e da despesa, a contabilização e a prestação de contas dos órgãos da administração direta e indireta; a inclusão de informações no sistema uma única vez pela fonte de origem, eliminando redundância de informações e, ainda, a redução do fluxo físico de informações.	

Ação: 2188 - ADMINISTRACAO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO ESTADUAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: SEGURAR O COMPASSO ORCAMENTARIO E FINANCEIRO DOS ORGAOS VISANDO O EQUILIBRIO FISCAL				
Descrição da Meta Física: NUMERO DE REPLANEJAMENTO FINANCEIRO MANTIDO EM NO MAXIM O TRES VEZES AO ANO				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	1	33,33	33,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	56.700,00	18.600,00	8.233,24	0,00	14,52	44,26
240	28.293,00	28.293,00	18.271,70	0,00	64,58	64,58
Todas	84.993,00	46.893,00	26.504,94	0,00	31,18	56,52

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
No decorrer do exercício de 2007 diversos fatores contribuíram para a manutenção do equilíbrio fiscal, dentre estes destacamos: comportamento favorável de realização de receita; mudanças de regras relativas à contribuição patronal; unificação de arrecadação através de DAR para receitas não tributárias próprias dos órgãos; edição da Instrução Normativa nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, estabelecendo normas sobre a liberação de recursos da Fonte 100; estabelecimento de novas regras relativas às aplicações financeiras da conta única; contingenciamento de despesas realizado ao final do exercício. A execução física ocorreu dentro da normalidade. O orçamento aprovado foi suficiente para atender às demandas da área tendo sido remanejado orçamento para outras unidades que necessitavam de complementação de recursos, no valor total de R\$ 38.100,00.	



Ação: 2524 - FORMULACAO E AVALIACAO DA POLITICA DO GASTO PUBLICO ESTADUAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: ATINGIR O EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA				
Descrição da Meta Física: EQUILÍBRIO FISCAL DO ESTADO MANTIDO				
Unidade de Medida: ÍNDICE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	48.680,00	29.180,00	17.198,54	0,00	35,33	58,94
240	10.783,00	10.783,00	7.600,00	0,00	70,48	70,48
Todas	59.463,00	39.963,00	24.798,54	0,00	41,70	62,05

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
As atividades foram desenvolvidas dentro da normalidade e os orçamento foi suficientes para a realização das ações, tendo sido remanejados para outras atividades recursos no montante de R\$ 19.500,00, dos quais R\$ 13.500,00 foram destinados a ações de suporte de TI e r\$ 6.000,00 foram remanejados para a atividade 2529 para compor o valor necessário para a confecção do Balanço Geral do Estado em cores.	

Ação: 2529 - CONSOLIDACAO E DISPONIBILIZACAO DA PRESTACAO DE CONTAS DO ESTADO Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMACOES CONTABEIS				
Descrição da Meta Física: PRESTACÃO DE CONTAS CONSOLIDADA E DISPONIBILIZADA				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	125.600,00	115.500,00	24.481,20	0,00	19,49	21,20
240	57.432,00	81.432,00	35.210,00	0,00	61,31	43,24
Todas	183.032,00	196.932,00	59.691,20	0,00	32,61	30,31

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
As atividades previstas para a atividade foram realizadas dentro da normalidade. Durante o exercício, foram remanejados recursos das atividades 2188 e 2524 para a impressão do Balanço Geral do Estado a cores em material gráfico de qualidade superior. No entanto, devido a motivos de contenção de despesas, por ordem do Sr. Secretário, o Balanço foi impresso em preto e branco e o recurso não foi utilizado.	



Ação: 2935 - MONITORAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA ESTADUAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Especifico: MONITORAR OS ATIVOS E PASSIVOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA, VISANDO PREVENIR E OU REDUZIR DEPENDENCIA				
Descrição da Meta Física: ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MONITORADOS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	64.870,00	54.870,00	26.037,71	0,00	40,14	47,45
240	20.535,00	20.535,00	13.258,00	0,00	64,56	64,56
Todas	85.405,00	75.405,00	39.295,71	0,00	46,01	52,11

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
As atividades desenvolvidas pela Superintendência de Monitoramento da Administração Indireta, para monitorar e acompanhar a execução financeira dos ativos e passivos dos órgãos em extinção e das entidades da administração indireta, no exercício de 2007, obtiveram os seguintes resultados:	
<ul style="list-style-type: none"> -Recebimento de R\$ 2.406.115,79, provenientes dos devedores do BEMAT; -Realização de diversos acordos trabalhistas que resultaram no pagamento de R\$ 3.828.434,47; -Elaboração de Minuta de Projeto de Lei visando aumentar o recebimento dos ativos do BEMAT adquirido pelo Governo; -Realização de procedimento licitatório com a finalidade de regularização fundiária e averbação das Unidades Habitacionais dos Conjuntos Habitacionais de responsabilidade da COHAB-MT; -Regularização de 11.222 construções e 918 lotes em diversos municípios estaduais integrantes dos Conjuntos Habitacionais COHAB-MT; -Assessoria técnica e jurídica com a finalidade de subsidiar a Procuradoria Geral do Estado - PGE, nas defesas em que a parte é o Banco do Estado de Mato Grosso - BEMAT S/A e a Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso - COHAB; -Atendimento aos devedores e Ex-Funcionários do Banco Estado de Mato Grosso - BEMAT S/A e da Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso - COHAB; -Elaboração de Planilhas de Cálculos de Saldo Devedor dos Devedores do BEMAT S/A; -Elaboração de Certidões de Tempo de Serviço, bem como, outros serviços relacionados aos Ex-Funcionários do BEMAT S/A e COHAB MT; -Fornecimento de informações aos Juízos da área Cível e Trabalhista quando formalmente solicitadas; -Realização de cobrança administrativa dos devedores do Bemat S/A; -Elaboração dos balanços e demonstrações financeiras das empresas em liquidações; -Recebimento do valor de R\$ 970.862,46 proveniente do processo de municipalização da água e do esgotamento sanitário; -Transformação do Termo de Confissão e Assunção de Dívida em Termo de Dação em Pagamento. Neste, foram descontadas as faturas atrasadas com os pagamentos de água e esgotamento sanitário de todas as unidades do Estado, tornando todos os órgãos adimplentes com os serviços supracitados. Além disso, ficou pactuado que os órgãos do Estado estabelecidos nos municípios não efetuarão o pagamento dos serviços água e esgotamento sanitário por um período de, aproximadamente, 30 anos; -Os Termos de Dação em Pagamento foram firmados por treze, de um total de trinta e três municípios, encontrando-se seis destes em fase final de negociação. 	
Do valor orçado inicialmente foram utilizados 52,02%, não comprometendo, desta maneira, a execução das atividades desta Superintendência.	
O monitoramento e a execução financeira dos contratos remanescentes do Banco do Estado de Mato Grosso S/A - BEMAT e Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso - COHAB/MT.	
Da dotação inicial, somente foi possível executar 46,14% dos contratos tendo em vista que um dos contratos, que é a habilitação, homologação e validação dos créditos do FCVS, ficou comprometido em decorrência das mudanças operadas no sistema da Caixa Econômica Federal, responsável pela validação dos créditos das Carteiras Imobiliárias, tanto do Tesouro como da cedida à CEF. Convém lembrar, ainda, que por ocasião da elaboração da proposta orçamentária foi alocado nesse projeto atividade crédito orçamentário para pagamento dos acordos trabalhistas do BEMAT, que por força da Lei 7.477/01, são executados na Procuradoria Geral do Estado, motivo pelo qual foi efetuado remanejamento.	
Para a execução física foi necessário efetuar remanejamento de recursos do elemento de despesa 90 para o elemento 14 em função da necessidade de aquisição de diárias para o deslocamento de pessoal para o interior do Estado.	



Ação: 3572 - IMPLANTACAO DA SEGUNDA VERSAO DO NOVO SISTEMA CONTABIL ESTADUAL Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMACOES CONTABEIS.				
Descrição da Meta Física: NOVO SISTEMA CONTABIL IMPLANTADO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	5	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	1.000.000,00	182.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	1.000.000,00	182.000,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		0
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
No orçamento de 2007 foram destinados, para o desenvolvimento da segunda versão do FIPLAN, R\$ 1.000.000,00. A empresa contratada para desenvolver o software foi o CEPROMAT. No entanto, em função da implantação da primeira versão, não foi possível avançar no desenvolvimento da segunda versão durante o exercício. Desta forma, os recursos orçados para o projeto foram disponibilizados para outras áreas da SEFAZ, através de Decreto, sendo destinados R\$ 350.000,00 para a realização de concurso para ATE e R\$ 468.000,00 para a manutenção de postos fiscais e aquisição de veículos para a fiscalização.		

Ação: 1690 - GESTAO DE CONVENIOS GOVERNAMENTAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
Objetivo Específico: MELHORAR A CAPTACAO E APLICACAO DOS RECURSOS VOLUNTARIOS				
Descrição da Meta Física: CONVENIOS GERENCIADOS				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3000	3000	1500	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	69.438,00	18.082,72	18.082,72	0,00	26,04	100,00
141	0,00	614.238,61	251.565,20	0,00	0	40,96
Todas	69.438,00	632.321,33	269.647,92	0,00	388,33	42,64

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		1500
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
Todas as ações previstas foram executadas, com exceção da capacitação da equipe da Coordenadoria de Convênios que não foi executada devido a outras prioridades da Secretaria. A aquisição de equipamentos previstos na manutenção da Coordenadoria também não foi executada, porque foram reaproveitados equipamentos já existentes no Órgão. Porém a meta física foi executada através do gerenciamento de todos os convênios celebrados pelo Estado para repasse e ingresso de recursos no Estado. A meta física prevista inicialmente de 3000 convênios não foi atingida porque a SEDUC preferiu efetuar os repasses dos recursos do PDE/Escolas e do Transporte Escolar através de Termos de compromisso reduzindo em pelo menos 800 convênios. De acordo com o QDD foi previsto no projeto uma dotação de R\$ 69.438,00 sendo executado apenas R\$ 18.082,72. A justificativa da baixa execução é que a ação de aquisição de computadores não foi executada prejudicando o desempenho dos serviços. A capacitação dos servidores do setor prevista para realizar fora do Estado também não foi executada, acarretando sobre de dotação anulada. As despesas com diárias e combustíveis para capacitação dos servidores das prefeituras realizada através de 04 cursos no interior do Estado, foram executadas em atividades da área administrativa da SEPLAN. O material didático para os cursos foram produzidos diretamente na SEPLAN não gerando custos adicionais, além de outros materiais disponibilizados pela Escola de Governo.		



Ação: 2696 - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PRECATORIOS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
Objetivo Específico: MELHORAR O GERENCIAMENTO DOS PRECATORIOS DO ESTADO				
Descrição da Meta Física: PRECATORIOS JUDICIAIS CONTROLADOS E ACOMPANHADOS				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	2000	2.000,00	2.000,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	7.229,60	7.229,60	3.089,52	0,00	42,73	42,73
Todas	7.229,60	7.229,60	3.089,52	0,00	42,73	42,73

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		2000
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
Não foi executada nenhuma ação desta Coordenadoria no programa 236 tendo em vista que a ação de gerenciamento de projetos foi incluída no programa no PPA 2008/2011.		
A meta prevista de manutenção dos precatórios foi executada através de inclusão, exclusão e baixa dos precatórios pagos do sistema. A dotação orçamentária prevista na atividade 2696 no valor de R\$ 7.229,60 seria gasto na definição de estratégia para retomada dos pagamentos de precatórios que seria viabilizada através de visita técnica em outros Estados, não foi executada. O não estabelecimento de estratégias de pagamento se deve à expectativa gerada pelo STF em criar um Fundo de compensação para todo o País regulado em bolsa de valores, o que não ocorreu. As despesas executadas no valor R\$ 3.089,52 não foram em ações da atividade 2696.		



Programa

Programa: 0238 - CONSCIENCIA FISCAL

Objetivo do FORTALECER A CONSCIENCIA FISCAL DA SOCIEDADE, PARA O PLENO EXERCICIO DA CIDADANIA, DE MODO A

Programa: PROMOVER UMA

Und.Resp.Programa: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

Resp. Programa: EMANOEL GOMES BEZERRA JUNIOR

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
Indicadores:	2007	PERCENTUAL DE MUNICIPIOS ADESOS	Jan a Dez	percentual	14	50	72	31/12/2007
	2007	PERCENTUAL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO GAS	Jan a Dez	percentual	0	65	0	17/12/2004
	2007	PERCENTUAL DE SONEGACAO	Jan a Dez	percentual	11	9	0	17/12/2004

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
180.657,68	160.169,30	119.270,57	0,00	66,02	74,47

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Na implementação do programa, dentre o que se pode evidenciar, temos a destacar o seguinte: Os Gestores do Grupo Executivo de Trabalho de Educação Fiscal Estadual – GEFE, em conjunto com os Gestores do Grupo Executivo de Trabalho de Educação Fiscal Municipal – GEFM, promoveram 03 Jornadas de Trabalho e eventos nos 16 pólos do Estado de Mato Grosso (Juara – Palestra para lideranças comunitárias; Tangará da Serra – Mutirão da Cidadania; Alta Floresta – Teatro Experimental; Diamantino – Dia da Cidadania; Água Boa – Encontro com Contabilistas; Barra do Garças – Governo Itinerante; Cuiabá – Palestra para Investigadores e Delegados de Polícia; Cáceres – Encontro com Empresários abordando sobre o índice da informalidade; Sorriso – Incremento de Arrecadação do IPVA; Sinop – colóquios com gestores municipais; São Felix do Araguaia – Palestras para gestores municipais; Rondonópolis – Projeto Social; Primavera do Leste – palestras para Acadêmicos; Pontes e Lacerda – Palestras para gestores municipais; Guarantã do Norte – encontro regional; Juína – projeto recuperação de receita). A implantação do projeto de educação fiscal na rotina da Secretaria de Estado de Fazenda, como um produto a ser trabalhado pelo Centro Integrado de Atendimento ao Cliente, nas Agências Fazendárias foi consolidado, com a definição de responsáveis pelo produto; A realização do Concurso Sefaz Educação Fiscal, tendo sido obtido a produção de redação, monografias e projetos, como trabalhos pedagógicos e técnico-científicos; Realização de Mutirões da Cidadania junto à Sociedade Civil Organizada através da parceria com a Setec e Sejus; Distribuição de folder explicativo sobre o objetivo do Programa Consciência Fiscal; Realização do Curso de Formação de Disseminadores de Educação Fiscal na modalidade presencial, tendo sido qualificado 2.200 alunos, que estaro aptos a participar do curso na modalidade Ensino à Distância. A efetiva participação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao incluir na grade do curso de formação de Delegados, Investigadores de Polícia e Polícia Técnica as temáticas de Educação Fiscal. Quanto às dificuldades podemos destacar: a falta de técnicos com dedicação exclusiva para implantar e implementar as atividades, agravada no exercício de 2007 pelo fato dos coordenadores dos projetos das Secretarias de Educação, Planejamento e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, terem sido substituídas por servidores que não estavam acompanhando a evolução das ações implementadas. Quanto aos recursos orçados e aplicados buscou-se a melhor relação custo/benefício, para que ante as ações planejadas os recursos pudessem ser suficientes. Assim, há que se registrar que se fossem atender as demandas existentes, os recursos seriam insuficientes. A exemplo, podemos citar que as Ações do Curso de Formação de Disseminadores de Educação Fiscal junto a vários municípios, como por exemplo, Terra Nova do Norte, Matupá, Cláudia, não foram realizadas. Os recursos alocados para a realização do Concurso Sefaz Educação Fiscal não foi totalmente aplicado, em função de termos modalidades sem produção técnica ou científica sem que tenha havido candidato classificado. Assim, o remanescente foi colocado a disposição para ser utilizado em outros programas. Considerando o contexto evidenciado por ocasião do marco lógico, dentre os pontos de melhoria que já foram obtidos, podemos registrar: Quanto aos recursos humanos - capacidade de administrar em parceria e a intersetorialidade nas ações; Quanto aos recursos matérias e infra-estrutura, genericamente foram suficientes, entretanto há que se registrar que a produção de material didático e pedagógico foram aquém do necessário. Quanto ao sistema de monitoramento das ações, embora tenha sido colocado à disposição o SMA (Sistema de Monitoramento e Avaliação) pelo Estado de Santa Catarina, via internet, o nível estratégico do Governo do Estado, solicitou que seja produzido um Sistema de Monitoramento e Avaliação específico para Mato Grosso. Administrativamente, para que o desempenho operacional fosse eficiente seria necessário que os recursos e insumos planejados por ocasião da elaboração do PPA fossem mantidos; pois que, para o exercício de 2007, não foi garantido recurso para dar continuidade ao Curso EAD de educação fiscal; portanto, foram realizadas somente as aulas no módulo presencial. Na Seduc a responsável pelo Projeto e os Assessores Pedagógicos que estavam acompanhando as ações de educação fiscal junto às jornadas de trabalho não tiveram autorização para dar continuidade às ações planejadas, causando a descontinuidade dos trabalhos junto às unidades escolares. A Setec não elaborou um plano de ação para desenvolver as ações de educação fiscal para o exercício de 2007; nem tão pouco definiu o técnico para dar continuidade às ações de educação fiscal; embora conste no PPA e na formulação estratégica a atribuição de divulgar o papel e estrutura do estado, assim como todas as ações do governo, junto à sociedade civil organizada. Por fim, a pesquisa promovida pela Unemat – projeto piloto- evidenciou que o grau de percepção da sociedade em relação à função social do tributo e a necessidade de controle social está incipiente.



Indicadores:

1) Considerando que o indicador "Percentual de Sonegação" tem diversas variáveis que podem contribuir em sua performance, no exercício de 2005 foi tomada a decisão de que tal indicador não será aferido pelo sistema de monitoramento e avaliação do programa consciência fiscal. 2) Quanto ao indicador Percentual de Satisfação da sociedade, em relação à transparência do gasto publico, embora tenha sido estabelecido parceria com a Unemat e ter sido elaborado projeto junto a Fapemat para que a pesquisa fosse viabilizada, a instancia estratégica não autorizou a execução do projeto. Ainda assim, foi executado um projeto piloto que embora não possa aferir o resultado que foi planejado, traz algumas evidências da percepção do cidadão quanto a função social dos tributos e a aplicação dos recursos públicos; quais sejam: a) que os empresários quando apoiam instituições sociais estão visando abatimento no Imposto de Renda, conhecem regularmente o PPA, LDO e LOA. Tem a presunção de que uma sociedade sem tributos seria caótica; b) que os funcionários das empresas privadas, embora conheçam instituições do terceiro setor, não apoiam essas instituições. Em sua grande maioria não solicitam documento fiscal, embora entendam que uma sociedade sem tributos não teria condições de satisfazer suas necessidades. Tal procedimento deriva principalmente de não terem conhecimento da aplicação dos recursos; a maioria afirmou que não vê obras publicas em sua comunidade e não estão satisfeitos com as obras realizadas.; c) que os Professores de um modo geral embora conheçam instituições.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:

1. Em relação ao nível estratégico de Governo disseminar a importância do produto Educação Fiscal, como instrumento de construção de cidadania e de responsabilidade fiscal, cidadã e social. Instituir mecanismos de estímulos para a cidadania fiscal, como o exemplo promovido pelo Estado de São Paulo que instituiu a Nota Fiscal Eletrônica, gerando crédito para o cidadão em relação ao imposto recolhido. 2. Na equipe de coordenação de cada projeto, definir servidores concursados para que seja possível garantir a continuidade das ações do programa; e, sendo possível garantir-lhes dedicação exclusiva; 3. Para promover curso à distância, realizar momento presencial, visando promover o entendimento do mecanismo de (Educação à Distância), assim como promover a motivação para participar do programa consciência fiscal; 4. Divulgar o Programa através da produção de mídias para a imprensa. 5. Para consolidar canal de interação com a sociedade, dar continuidade à realização de Concurso de Redação, Monografia e Projetos, em duas fases, sendo a primeira coordenada pelos governos municípios e a segunda fase coordenada pelo Governo Estadual; 6. Fortalecer a gestão do Programa, editando portaria para qualificar servidores responsáveis para coordenar os trabalhos em todas as Agências Fazendárias; 7. Realizar visita técnica junto aos municípios pólos, objetivando a promover articulação dos Agentes Fazendários com os demais parceiros que possam compor o Grupo Executivo de Trabalho de Consciência Fiscal Estadual (GEFE) e Municipal (GEFM); 8. Promover reuniões sistemáticas com os responsáveis pelos projetos.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1658 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL JUNTO AOS SERVIDORES PUBLICOS		Tipo de Ação: Projeto		
Unidade Resp.Ação: 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
Objetivo Específico: SENSIBILIZAR SERVIDORES QUANTO AOS PRINCIPIOS BASICOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA				
Descrição da Meta Física: SERVIDOR CAPACITADO				
Unidade de Medida: PESSOA				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
390	35	35	8,97	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	41.657,68	26.400,00	26.400,00	0,00	63,37	100,00
Todas	41.657,68	26.400,00	26.400,00	0,00	63,37	100,00

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		35
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
A meta estabelecida de formação de 390 tutores de educação fiscal não foi cumprida, pois o recurso previsto foi utilizado para pagamento dos 35 tutores capacitados no ano de 2006. O restante da dotação foi remanejado para o projeto 2007 para atender despesa com manutenção de limpeza e vigilância. Devido à insuficiência de dotação orçamentária não foi possível realizarmos outras capacitações.		

Ação: 2938 - COORDENACAO DA GESTAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL		Tipo de Ação: Atividade		
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: COORDENAR O FORTALECIMENTO TECNICO E GERENCIAL DOS RH, BEM COMO A MELHORIA DO MODELO DE GESTAO, DOS PROCESSOS				
Descrição da Meta Física: PROGRAMA COORDENADO				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	80	80,00	80,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	110.200,00	110.200,00	84.614,42	0,00	76,78	76,78
Todas	110.200,00	110.200,00	84.614,42	0,00	76,78	76,78

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		80
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
O processo operacional que foi estruturado em 16 pólos regionais, com equipe técnica quantitativamente incompatível para atender todas as ações previstas, resultou em média capacidade de monitoramento e avaliação. Especificamente, quanto as ações de fortalecimento gerencial para promover a transparência da política tributária e do gasto público, resultou: a) na difusão das ferramentas de implantação e implementação do programa; b) na realização de 03 jornadas de trabalho visando o acompanhamento das ações; c) na divulgação do projeto do Estado de Mato Grosso de Monitoramento e Avaliação; d) na realização de palestras, encontros, workshop em todos os pólos; e) e na realização de aulas presenciais para formação de Disseminadores de Educação Fiscal. E, quanto às ações de divulgação do Programa resultou: a) na divulgação do site do programa consciência fiscal, cujo endereço eletrônico é www.sad.mt.gov.br/conscienciafiscal , socializando os links existentes para website que possibilitam promover o controle social dos recursos públicos; como por exemplo o portal transparência do governo do estado, o portal do tribunal de contas, o portal transparência do governo federal, dentre outros; b) na pesquisa promovida em conjunto com a Unemat, projeto piloto, que evidenciou que o grau de percepção da sociedade em relação a função social dos tributos e a necessidade de controle social está incipiente; c) no concurso Sefaz Educação Fiscal de redação, monografia e projetos, que visaram estabelecer um canal de interação com a sociedade, e concluiu com a		



premiação de 06 redações para alunos do ensino fundamental e médio, premiação de monografias e projetos para 08 participantes do ensino superior e servidores públicos. Ficou inviabilizado o levantamento sobre a satisfação dos clientes; pois que, o projeto de pesquisa promovido junto com a Unemat sofreu contingenciamento. Embora o gerenciamento das ações tivessem a sistemática de reuniões, relatórios gerenciais concebidos e o PTA como ferramenta gerencial, a equipe técnica foi quantitativamente sub-dimensionada e disponibilizada. Dentre as restrições que mais impactaram negativamente na produção de resultados há que se registrar o grau de comprometimento dos gestores do nível tático que ainda possui pouca compreensão de que Educação Fiscal é um produto que pode ser efetivo instrumento de promoção do controle social. Do montante de R\$ 110.200,00 foi aplicado R\$ 84.614,42 na melhor relação custo/benefício possível, remanescendo R\$ 25.585,58 dos quais parte do recurso não foi aplicado na premiação do concurso porque os candidatos não foram classificados e parte do recurso foi utilizado no apoio a outros projetos no que se relaciona ao deslocamento e estadia de servidores. A evolução da meta física e a execução orçamentária e financeira se mostraram exequíveis.

Ação: 1659 - ARTICULACAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL ENTRE OS OR GAOS E OUTROS PODERES		Tipo de Ação: Projeto		
Unidade Resp.Ação: 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
Objetivo Específico: FORTALECER A INTEGRACAO ENTRE OS ORGAOS PUBLICOS ESTADUAIS E OS OUTROS PODERES				
Descrição da Meta Física: EVENTO REALIZADO				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	8.800,00	3.569,30	3.569,30	0,00	40,56	100,00
Todas	8.800,00	3.569,30	3.569,30	0,00	40,56	100,00

Região de Planejamento		Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO		3
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:		
A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral substituiu no mês de abril de 2007 a coordenadora do projeto de "Articulação do Programa Consciência Fiscal entre os Órgãos de Governo e outros Poderes" sem, contudo prejudicar o andamento dos trabalhos já devidamente planejados e em execução. Para tanto a nova Coordenadora recebeu a Assessoria de todos os envolvidos naquela pasta procurando oferecer-lhe o suporte necessário. Sendo assim as metas estabelecidas foram plenamente atingidas, ou seja, foram realizadas duas oficinas de "Políticas Sociais e Controle Social" que capacitaram 218 participantes numa carga horária de 50 horas obtendo avaliação média de 70% muito bom, 25% bom e 5% regular. Os públicos atendidos pela capacitação foram Conselhos Sociais, Movimentos Sociais, Conselhos Estaduais e Municipais em 15 municípios a citar: Juara, Tangara da Serra, Rondonópolis, Porto dos Gaúchos, Pontal do Araguaia, Nova Xavantina, Agua Boa, Peixoto de Azevedo, Cáceres, Cuiabá, Várzea Grande, Rondolândia, Alta Floresta e Primavera do Leste. A execução do projeto de "Articulação do Programa Consciência Fiscal entre os Órgãos de Governo e outros Poderes" continuou desenvolvendo durante todo o exercício de 2007, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso onde participamos ativamente com a presença de Técnicos desta Secretaria proferindo palestras para o público convidado do "programa Consciência Cidadã". A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral através da coordenadora do projeto de "Articulação do Programa Consciência Fiscal entre os Órgãos de Governo e outros Poderes" acompanhou as ações desenvolvidas pelo GEFE-Grupo de Trabalho do Programa Consciência Fiscal sempre que convocada a participar. As despesas relativas às ações descritas foram realizadas dentro da atividade 2007 do programa Apoio Administrativo, sob a responsabilidade da SAF - Superintendência Administrativa e Financeira desta Secretaria.		



Govorno do Estado de Mato Grosso

Programa

Programa: 0260 - RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE

Objetivo do Programa: AUMENTAR A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES FAZENDÁRIOS EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS E ATENDIMENTO, COMO TAMBÉM DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO GASTO PÚBLICO

Und.Resp.Programa: 16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Resp. Programa: MUCIO FERREIRA RIBAS

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
--------------	-----	-----------	---------------------------	-------------------	-------------------	------------------	--------------	--------------

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
2.497.481,00	992.804,00	616.104,22	0,00	24,67	62,06

Avaliação de resultados e da execução do programa:

A Secretária de Estado de Fazenda não preencheu a avaliação deste programa. A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, através da Coordenadoria de Políticas Instrumentais, no período de análise, recomendou várias vezes à SEFAZ para que fizesse a avaliação de resultados e execução do programa, mas não obteve resposta no prazo estipulado.

Indicadores:

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
---------	----------------	---------------	-------

Recomendações:



Govorno do Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1655 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO NOVO MODELO DE RELACIONAMENTO SEFAZ-SOCIEDADE Projeto		Tipo de Ação:			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA					
Objetivo Especifico: DAR CONDICIOES AOS GERENTES FAZENDARIOS PARA FAZER A GESTAO DO ATENDIMENTO DOS CLIENTES FAZENDARIOS E SOCIEDADE					
Descrição da Meta Física: NOVO MODELO RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE DESENVOLVIDO E IMPLANTADO					
Unidade de Medida: PERCENTUAL					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
30	0	100	333,33		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	900.000,00	148.095,00	17.006,16	0,00	1,89	11,48
Todas	900.000,00	148.095,00	17.006,16	0,00	1,89	11,48

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Durante o ano de 2007 na "Ação Desenvolvimento e Implantação do Novo Modelo de Relacionamento Sefaz-Sociedade", todas as ações previstas foram realizadas com resultados satisfatórios, tais como: estruturamos e implementamos o Sistema Integrado de Atendimento e Interação com o Cliente Fazendário(Sociac); implantamos e disponibilizamos a Agencia Fazendária Virtual no site da SEFAZ; ampliamos e intensificamos as parcerias: JUCEMAT, CRC e Banco Do Brasil; implantamos e implementamos a Ouvidoria Setorial; entre outros.No que diz respeito à análise orçamentária e financeira, ressaltamos que uma grande parte dos recursos destinados a esta Ação no valor de R\$ 880.000,00 destinado a implantação do Contact Center foi remanejado para outras unidades da organização para suprirem novas demandas emergenciais, por decisão da alta liderança.	

Ação: 2523 - MELHORIA DO INDICE DE SATISFACAO DOS CONTRIBUINTES DA SEFAZ		Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA					
Objetivo Especifico: MONITORAR E AVALIAR OS MEIOS E AS CONDICIOES DOS PROCES SOS DE ATENDIMENTO DA RECEITA E DO GASTO PUBLICO, VISANDO A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA SEFAZ					
Descrição da Meta Física: INDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA SEFAZ AUMENTADO					
Unidade de Medida: PERCENTUAL					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
10	10	100	1.000,00	1.000,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	173.350,00	105.350,00	59.190,97	0,00	34,15	56,19
240	0,00	25.590,00	11.858,69	0,00	0	46,34
Todas	173.350,00	130.940,00	71.049,66	0,00	40,99	54,26

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
No exercício de 2.007 até o mês de dezembro, a Assessoria de Relacionamento com a Sociedade realizou as tarefas descritas no quadro abaixo para o cumprimento da Ação descrita acima:	
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS META REALIZADO	
* Encontros de Interação com a Sociedade, Contadores, Servidores, Entidades de Classes, Associações e ONG´s 05 15	
* Reuniões com Segmentos e Entidades representativas do Comércio/Indústria/Pecuária - *30	
* Pesquisa de satisfação com os Serviços e Produtos Oferecidos pela SEFAZ à Sociedade 60% 92%	



* Demandas recebidas e atendidas pela Ouvidoria Setorial da SEFAZ 1.027 999

Encontros de Interação com a Sociedade, Contadores, Servidores, Entidades de Classes, Associações e ONG's - Neste exercício, a Assessoria de Relacionamento com a Sociedade - ARS, definiu como meta a realização de 05 (cinco) encontros com a Sociedade, Contadores, Servidores, Entidades de Classes, Associações e ONG's, principalmente, nos Municípios que apresentaram em seus indicadores Fiscais-Tributários necessidades de Orientações e Infomações para que os contribuintes pudessem cumprir a contento suas Obrigações Tributárias. Nestes encontros também foi apresentada a transparência da Receita e do Gasto Públicos, oportunizando a toda Sociedade um conhecimento mais detalhado de como é composta a captação da Receita Pública e para onde são destinados estes recursos.

No final do exercício, esta Assessoria além de cumprir a Meta, conseguiu atender uma demanda maior diagnosticada pelos Gerentes de AGENFAS em parceria com as Prefeituras Municipais, Entidades de Classes, Instituições de Ensino, Associações e ONG's, não perdendo de vista as padronizações e qualidade dos eventos. Reuniões com Segmentos e Entidades representativas do Comércio/Indústria/Pecuária - Além dos Encontros no Interior do Estado, a ARS realizou 30 (trinta) reuniões com Segmentos, Entidades Representativas da Sociedade (definida pela Portaria 046/2005 e Portaria 012/06) com o Secretário de Fazenda e seus Adjuntos além dos titulares de cada Segmento, com a finalidade de identificar as principais medidas que pudesse melhorar tanto a Administração Tributária como a Incrementação da Receita.

Pesquisa de Satisfação com os Serviços e Produtos prestados pela SEFAZ à Sociedade - Nos encontros foram aplicadas pesquisas de avaliação com a Sociedade, Servidores e Contadores, onde fora constatado um significativo aumento do índice de satisfação com os Serviços e Produtos oferecidos pela SEFAZ, em virtude da implementação de melhorias dos processos, capacitação de servidores e aperfeiçoamento das ferramentas disponíveis no site da SEFAZ.

Demandas recebidas e atendidas pela Ouvidoria Setorial da SEFAZ - Neste exercício fora criado a Ouvidoria Setorial, canal criado para oportunizar a manifestação da sociedade sobre as políticas e práticas na prestação do serviço público pela SEFAZ-MT na forma de críticas, sugestões e elogios, intercedendo junto às unidades gestoras.

Como resultado, observamos que 999 solicitações de atendimento foram resolvidas de um universo de 1.027. Estas demandas foram registradas e encaminhadas para as Unidades responsáveis pelos produtos/serviços e devidamente retornadas aos solicitantes. Ainda neste exercício, a ARS deu início ao projeto eletrônico para resolver as demandas que são coletadas nos encontros com Sociedade/Contadores, em Reuniões com Segmentos e Representantes da Sociedade bem como para as demandas advindas de registros realizados pelo Plantão Fiscal e pela Ouvidoria Setorial da SEFAZ.

Com relação ao saldo remanescente da fonte 106, esclarecemos que na definição do PTA para o exercício de 2007, esta Unidade definiu como ação principal a MELHORIA DO INDICE DE SATISFAÇÃO DOS CONTRIBUINTES DA SEFAZ, esta Ação realizamos o desdobramento das MEDIDAS e TAREFAS onde foram definidos valores que pudessem atender as despesas com Diárias, Passagens, Coffee-Break, Refeições, Consultorias, Serviços de Áudio, Vídeo e Fotos, Confeções de Caixa de Sugestões e Serviços Gráficos e Clicheria. Deixamos de empenhar todos os valores autorizados, em consequência de que muitas atividades que resultaram no aumento do índice de satisfação com os Serviços e Produtos da SEFAZ (quadro acima) foram realizados na Capital e Interior do Estado em parceria com outras Unidades Governamentais, Instituições de Ensino e Entidades de Classes, reduzindo significativamente o custo financeiro para o cofre do Estado. É bem verdade que no início de nosso Plano de Trabalho Anual não tínhamos como certo a participação destes parceiros para dividir o custeio de nossos eventos. Outra medida para diminuir o custo de nossas tarefas foi de agregar alguns eventos com a Sociedade/Contadores/Servidores em um único Pólo, por exemplo: o Evento realizado no Pólo de SINOP contou também com a participação da Região do Pólo de Sorriso e do Pólo de Alta Floresta. Esta medida trouxe muita economia nos itens: passagens, diárias, refeições, coffee-break entre outros. Nesta fonte 106 ainda fora efetuado um remanejamento para o projeto-atividade 2815 no valor de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais) para complementação de valor para pagamento de empresas que prestam serviços na área de Tecnologia.

Quanto ao saldo remanescente da fonte 240, fora realizado no mês de maio/2007 uma suplementação do projeto - atividade 1655 para o projeto-atividade 2523 no valor de R\$ 25.590,00 (Vinte e cinco mil quinhentos e noventa reais) para atender despesas de aquisição de mobiliários para suprir necessidades de equipamentos de informática para a Assessoria de Relacionamento com a Sociedade e AGENFAS Fazendárias. Deste montante fora empenhado e liquidado 53,66% e outros 46,34% não foram utilizados devido a decisão administrativa em realizar alguns remanejamentos de equipamentos de outras unidades para suprir a necessidade neste momento.

Ação: 2937 - COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS FAZENDARIOS	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: PADRONIZAR E ATUALIZAR TODOS OS SERVICOS FAZENDARIOS, DISPONIBILIZANDO-OS EM TODOS OS PONTOS DE ATENDIMENTO.				
Descrição da Meta Física: PADRÃO DE ATENDIMENTO DO PRODUTO DISPONIBILIZADO E MANTIDO				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
28	28	100	357,14	357,14

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	740.100,00	471.100,00	338.950,30	0,00	45,80	71,95
240	166.585,00	172.223,00	118.652,10	0,00	71,23	68,89
Todas	906.685,00	643.323,00	457.602,40	0,00	50,47	71,13



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Esta atividade contempla a padronização e atualização dos serviços fazendários, disponibilizando-os em todos os pontos de atendimento da SEFAZ sendo suas ações planejadas executadas em 100%.	
- Foram realizados cursos de capacitação, eventos e workshops objetivando a busca da excelência no atendimento ao cliente cidadão e aperfeiçoamento da rotina das unidades fazendárias e conforme as pesquisas de satisfação os resultados esperados foram alcançados.	
-Foram instaladas Unidades Desconcentradas da JUCEMAT nas Agências Fazendárias que contribuíram com a redução da burocracia, dos prazos e dos custos para a abertura de empresas.	
- A Agência Fazendária Virtual foi disponibilizada no site da SEFAZ facilitando o acesso à legislação tributária por produto ou serviços e sua atualização, com a respectiva redução do porcentual de reclamações dos contribuintes e contabilistas.	
- A transformação de Agências Fazendárias em Unidades de Serviço Municipal e a Instalação de Postos Avançados do INDEA e das Parcerias para compartilhamento de espaço físico proporcionaram melhoria dos serviços pelo compartilhamento de recursos a baixo custo operacional sem comprometer os padrões de atendimento.	
Houve necessidade de remanejar recursos desta atividade para a execução de outras demandas prioritizadas pela liderança, mas sem comprometer a meta física estabelecida. Algumas aquisições não foram concluídas em tempo hábil, devido à morosidade do processo de licitação e o encerramento do exercício.	

Ação: 3552 - CONSTRUCOES, AMPLIACOES E REFORMAS DAS AGENFAS	Tipo de Ação: Projeto			
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: ATENDER AS AGENFAS EM OBRAS E REFORMAS				
Descrição da Meta Física: AGENFA CONSTRUÍDA OU REFORMADA				
Unidade de Medida: UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	100	10.000,00	10.000,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
106	517.446,00	70.446,00	70.446,00	0,00	13,61	100,00
Todas	517.446,00	70.446,00	70.446,00	0,00	13,61	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0900 - CENTRO OESTE	100
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
Esta atividade contempla a manutenção e conservação de bens imóveis da SEFAZ, sendo sduas ações planejadas e executadas em 100%. Com a necessidade de recurso para a execução de obras prioritizadas pela alta administração, houve a necessidade de remanejar recursos para atender a demanda sem comprometer a meta física definida.	
Atendemos também demandas não planejadas e prioritizadas pela administração no decorrer do exercício.	